



**A CRISE DO EMPREGO NA VIRADA DO SÉCULO:**

**UM FENÔMENO PASSAGEIRO OU**

**UMA AMEAÇA ÀS PRÓXIMAS GERAÇÕES?**

**Banca Examinadora:**

Prof. Orientador: Carlos Osmar Bertero

Prof. : .....

Prof. : .....

Prof. : .....

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO**

**ANTONIO ROBERTO SANTANA SENA**

**A CRISE DO EMPREGO NA VIRADA DO SÉCULO:  
UM FENÔMENO PASSAGEIRO OU  
UMA AMEAÇA ÀS PRÓXIMAS GERAÇÕES?**



**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado  
em Administração de Empresas - Opção MBA.  
Área de Concentração: Organização, Recursos  
Humanos e Planejamento.**

**Orientador: Prof. Carlos Osmar Bertero**

**SÃO PAULO**

**1999**

SENA, Antonio Roberto Santana. A Crise do Emprego na Virada do Século: Um Fenômeno Passageiro ou Uma Ameaça às Próximas Gerações? São Paulo: EAESP/FGV. 1999.57p. (Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração de Empresas - Opção MBA). Área de Concentração: Organização, Recursos Humanos e Planejamento.

**Resumo:** Explora as causas do desemprego em massa no Brasil e no mundo. Faz um breve histórico do "emprego", desde a fase pré-industrial até os dias atuais. Aborda os principais avanços da tecnologia e seu impacto na geração e destruição de empregos. Aponta os efeitos da globalização e dos processos de reestruturação corporativa no mercado de trabalho. Questiona o modelo econômico e o paradigma de produtividade. Apresenta alternativa para combater o problema do desemprego estrutural. Aponta tendências para o futuro do emprego e introduz o conceito de economia social.

**Palavras-Chaves:** Desemprego Estrutural, Desemprego Tecnológico, Destruição Criativa, Reengenharia, Produtividade, Capitalismo, Trabalhador do Futuro, Economia Social etc.

Escola de Administração de	
Empresas de São Paulo	
Data	29.02
1999	331.6.062
1000	5474e
228/2000	2-2

0030 - 66760

# **SUMÁRIO**

## **INTRODUÇÃO - IV**

### **PARTE I - UM MUNDO SEM EMPREGOS**

*Capítulo 1: Como Tudo Começou - 2*

*Capítulo 2: Por que os Empregos estão Diminuindo Mundo - 3*

*Capítulo 3: O Desemprego no Brasil: Algumas Respostas - 5*

### **PARTE II - AS DUAS FACES DA TECNOLOGIA**

*Capítulo 4: A Revolução da Microeletrônica - 10*

*Capítulo 5: O Desemprego Tecnológico - 12*

### **PARTE III - OUTROS AGENTES DESTRUIDORES DE EMPREGOS**

*Capítulo 6: O Fenômeno da Globalização - 17*

*Capítulo 7: Reengenharia, "Downsizing" e Outros Modismos - 24*

*Capítulo 8: O Capitalismo em Xequê - 25*

### **PARTE IV - ALTERNATIVAS PARA MINIMIZAR O PROBLEMA**

*Capítulo 9: Redução da Jornada de Trabalho - 33*

*Capítulo 10: Outras "Receitas" - 36*

*Capítulo 11: O Terceiro Setor: A Grande Esperança - 37*

### **PARTE V - EPÍLOGO**

*Capítulo 12: O Fim do Antigo Modelo de Emprego - 40*

*Capítulo 13: O Trabalhador do Futuro - 43*

*Capítulo 14: O Novo Papel dos Sindicatos - 46*

*Capítulo 15: Conclusão - 48*

### **APÊNDICES**

*Como São Calculados os Índices de Desemprego no Brasil - 53*

*Os Encargos Sociais no Brasil - 54*

### **BIBLIOGRAFIA - 55**

## INTRODUÇÃO

No início do século, a indústria emergente contratou os milhares de trabalhadores deslocados pela mecanização da agricultura. Nas décadas de 50 a 80, o setor de serviços fez esse papel. Hoje, ao contrário, todos os setores estão sucumbidos, vítimas da reengenharia, do *downsizing* e da automação. As profundas transformações no mercado de trabalho vieram para ficar e, por mais que sejamos otimistas, não dá para negar os fatos. O número em si é contundente: às vésperas da virada do século, o mundo abriga um contingente superior a 800 milhões de desempregados. O que deveria ser motivo de comemoração por um século de grandes descobertas no campo da ciência e tecnologia, desenvolvimento e prosperidade, transformou-se num fantasma que ameaça as próximas gerações.

A Terceira Revolução Industrial (também conhecida como Revolução da Microeletrônica ou Era da Informação), praticamente selou o destino dos empregos em massa. Nas revoluções industriais anteriores, a máquina a vapor e a energia elétrica substituíram nossos músculos. Agora, o computador está substituindo nossos cérebros. A economia de tempo gerada pelas máquinas é tão grande que já não se consegue transformá-la em trabalho adicional e sim em mais desemprego. Líderes mundiais, governos e sociedade, todos discutem o assunto há longa data, mas as propostas têm sido tímidas frente à gravidade do problema. Exceto os EUA, que experimentam a menor taxa de desemprego dos últimos 20 anos, todos os demais países, em maior ou menor grau, vêm sofrendo índices alarmantes de desemprego.

O diagnóstico é conhecido: os espetaculares avanços da tecnologia, principalmente a partir do meio do século, combinado com a maior globalização das atividades econômicas, criou um poderoso mecanismo de destruição de empregos jamais visto em toda a história da humanidade, o qual convencionou-se chamar de “desemprego estrutural”. Culpar a tecnologia e a globalização por este mal seria ingenuidade ou, no mínimo, ignorância. É inegável os benefícios trazidos pelos avanços tecnológicos e pela maior integração dos mercados mundiais. Existe, porém, um outro componente nesta perversa equação que contribui para o alastramento da “doença”: o atual modelo econômico. O sistema capitalista, consagrado mundialmente, dá sinais que chegou ao seu limite de saturação.

Tudo isso pode soar como exagero ou apocalítico, mas quando se observa os bolsões de miséria que se espalha pelas grandes cidades e o crescente abismo de desigualdades que separa os países ricos dos pobres, a conclusão que se chega é que algo precisa ser feito. Deixar que o problema se resolva apenas à lógica do mercado seria subestimar a ameaça que este representa ao futuro da humanidade. O momento crítico que passamos requer que empresas, governo e sociedade se mobilizem num pacto e adotem a economia social para enfrentar o problema do desemprego estrutural.

A proposta deste trabalho é servir de referência àqueles que desejam se aprofundar no estudo das origens do desemprego estrutural e oferecer oportunidade à reflexão do que poderia ser feito para solucionar o problema. Na primeira parte apresentamos um breve histórico de como o “emprego” surgiu, suas transformações desde a fase pré-industrial até os dias de hoje. Oferecemos ainda uma visão geral dos fatores que contribuem para os elevados índices de desemprego no Brasil e no mundo, os quais são explorados em detalhes nas seções seguintes.

Na segunda parte mostramos a duas facetas da tecnologia: a que cria e a que destrói empregos. Fazemos uma retrospectiva dos principais acontecimentos que desencadearam na Terceira Revolução Industrial, introduzimos o conceito da “destruição criativa” e abordamos a polêmica em torno do desemprego tecnológico.

A terceira parte é, provavelmente, a mais polêmica. Nela fazemos uma análise abrangente dos efeitos da globalização sobre os empregos, passando pelos aspectos que envolvem a abertura irrestrita dos mercados e seu impacto na distribuição de renda entre países ricos e pobres. Analisamos os efeitos perversos dos processos de reestruturação nas corporações, questionamos o atual paradigma de produtividade e finalizamos a seção criticando o sistema de mercado baseado exclusivamente no lucro.

Na quarta parte resumimos as medidas que vêm sendo adotadas para amenizar o problema do desemprego estrutural, como a clássica redução da jornada de trabalho e o incentivo à jornada em tempo parcial. Nesta seção apresentamos o conceito de economia social e elegemos o Terceiro Setor como a grande esperança para a geração de milhares de empregos.

E finalmente, no epílogo, anunciamos o "fim do emprego" e dos cargos convencionais como estamos acostumados a vê-los. Traçamos um perfil do trabalhador do futuro, os "analistas simbólicos" e sugerimos um novo papel de atuação para os sindicatos. Concluímos o trabalho oferecendo uma proposta para adoção da economia social como alternativa, se não a única, para combater o problema do desemprego estrutural.

## ***PARTE I***

### ***Um Mundo sem Empregos***



## *Capítulo 1*

### *Como Tudo Começou*

A palavra “*job*” (emprego ou trabalho) significava inicialmente um pedaço de algo que podia ser transportado de um lugar a outro. Posteriormente, ampliou seu significado passando a incluir grandes porções de coisas, como montes de feno ou estrumes de curral. Quando os imigrantes ingleses chegaram nos EUA, a palavra passou a designar qualquer tarefa ou empreitada ocasional. A linguagem refletia a realidade da época onde as pessoas não tinham empregos no sentido fixo e unitário. Os artesãos trabalhavam por sua conta, em sua casa, com seus próprios instrumentos e no seu próprio ritmo. A períodos de trabalho intenso, seguiam-se períodos de relativa ociosidade. Seus empregos não eram supridos por uma organização, mas pelas exigências de suas condições de vida. No mundo pré-industrial, os empregos eram essencialmente atividades, não funções ou cargos como conhecemos atualmente.

Na Inglaterra, a mudança para o conceito moderno de emprego começou por volta de 1780 (nos EUA ao redor de 1840),<sup>1</sup> praticamente coincidindo com o início da Revolução Industrial. À medida que as terras de uso comuns nas quais os artesãos mantinham hortas ou pastoreavam ovelhas começaram a ser cercadas por seus proprietários e o trabalho nas fábricas de tecelagem, metaloplastia e calçados oferecia uma alternativa ao serviço doméstico, um número cada vez maior de pessoas deixou o trabalho ao estilo antigo e arranjaram um emprego, dando novo significado à palavra. Esta transição, do mundo antigo da aldeia para o mundo novo das fábricas, causou grandes traumas no comportamento das pessoas. Trabalhar por salário era uma existência precária e criava nas cidades uma espécie de miséria que jamais fora vista nas aldeias. Antes, os partidários da aldeia só conheciam o trabalho em família, com suas características próprias. Agora precisavam se submeter a um patrão, a longas e desumanas horas de trabalho e tudo o mais que se relaciona ao emprego moderno. Do amanhecer ao escurecer, e muito mais prolongado nos meses de inverno, as pessoas trabalhavam num só lugar, fazendo as mesmas coisas. Este era seu novo emprego e a palavra mudou definitivamente seu significado, passando a refletir essa nova realidade que perdura até os dias de hoje.

---

1. Bridges, Willian. *Mudanças nas Relações de Trabalho*. São Paulo, Makron Books 1995, p.44.

## ***Capítulo 2***

### ***Por que os Empregos estão Diminuindo no Mundo***

800 milhões de pessoas desempregadas ou subempregadas.<sup>1</sup> Este número basta para explicar porque o tema emprego/desemprego se tornou tão presente na agenda do Brasil e do mundo, ao menos nas últimas duas décadas, período em que o desemprego foi ganhando crescentes características estruturais. O tema consumiu toneladas de papel, gastas em estudos acadêmicos e/ou governamentais, em comunicados oficiais de conferências internacionais ou regionais, em propostas de partidos políticos, estudiosos, ONGs (Organizações Não-Governamentais) e organizações internacionais. Só não se conseguiu uma coisa: reduzir o desemprego.

As transformações do mercado de trabalho e/ou dos modos de produção no mundo todo se aceleraram brutalmente nas últimas duas décadas. Hoje, o aluno que entra numa escola técnica para aprender a lidar com tornos mecânicos tem quase certeza de que, ao chegar ao segundo ou, no máximo, no terceiro ano de aprendizado, o torno que usava no início do curso já estará obsoleto. Parte da crise do emprego passa, justamente, pela obsolescência do chamado “fordismo”, o modo de produção caracterizado, basicamente, pela linha de montagem, pela produção em série de produtos razoavelmente homogêneos. Depois veio o “toyotismo” (derivado da Toyota japonesa), que introduziu a necessidade de o trabalhador operar simultaneamente várias máquinas (as chamadas “células de fabricação”) gerando aumento de produtividade sem ampliar, em correspondência, o número de vagas. Mas acima de tudo, introduziu-se a automação da produção (tanto na indústria como, principalmente na Europa, nos serviços). O avanço tecnológico coincidiu com um verdadeiro genocídio de postos de trabalho: nos EUA, foram eliminados 1,8 milhões de empregos apenas entre 1981 e 1991. Na Alemanha, 500 mil somente entre 1992 e 1993.<sup>2</sup>

---

1. ILO. *The World of Employment Situation, Trends and Prospects*. Geneva, 1994.

2. Rifkin, Jeremy. *The End of Work*. New York, G.P.Putnam's Sons 1995, p.8.

Alguns estudiosos defendem que a principal causa dos elevados níveis de desemprego mundial **está no** crescimento econômico insuficiente registrado durante as últimas décadas nos países industrializados. Os números parecem confirmar a tese: na Alemanha, no período 79-88, a economia crescia à média anual de 1,9%, e o desemprego ficava em 6,4%. Nos dez anos posteriores, embora o crescimento tenha subido para 2,6%, o desemprego pulou para 8,8%.<sup>3</sup> Números semelhantes foram observados em todos os países desenvolvidos (ver quadro abaixo). Nos EUA, a princípio, também, mas nos oito anos mais recentes a economia norte-americana não parou de crescer (embora bem menos do que nos anos 70), e o desemprego quase desapareceu.<sup>4</sup> Com isso, os adeptos do liberalismo viram no modelo norte-americano, de baixa regulamentação, a saída para o problema do desemprego. A Europa e sua forte rede de proteção social seriam o oposto perverso. O fato é que no mundo todo faltam empregos para quem quer trabalhar e faltam respostas definitivas sobre como atacar o problema.

Taxas médias anuais de Crescimento e Desemprego nos países desenvolvidos <sup>3</sup>

	1979-1988	1989-1998
EUA	C 2,5%	2,6%
	D 7,3%	5,9%
Japão	C 4,1%	2,1%
	D 2,5%	2,8%
Alemanha	C 1,9%	2,6%
	D 6,4%	8,8%
França	C 2,2%	2,0%
	D 8,7%	11,0%
Itália	C 2,7%	1,5%
	D 9,9%	10,7%
Reino Unido	C 2,5%	1,9%
	D 8,8%	8,0%
Canadá	C 3,3%	1,9%
	D 9,4%	9,6%

3. OECD. *Economic Outlook*. Paris, dezembro 1995, pp. A4 e A24. junho 1999, pp. A227 e 247.

4. A economia dos EUA cresce ininterruptamente desde 1991. Nos últimos dois anos, a taxa de crescimento médio anual do país ficou em 3,9%, a maior entre os países considerados altamente industrializados. A taxa de desemprego dos EUA está em 4,2%, a menor dos últimos 20 anos. Com base neste índice, os economistas consideram que existe pleno emprego no país (Aith, Márcio. *Brasil Ainda Tem Problemas*, Folha de S.Paulo, 7 mai 99, Cad.2, p.12).

### ***Capítulo 3***

#### ***O Desemprego no Brasil: Algumas Respostas***

Após o “milagre econômico” dos anos 70 e um período seguinte de relativa estabilidade, a década de 90 marca definitivamente o fim da capacidade do Brasil de produzir ocupações suficientes para as novas gerações que atingem a idade de trabalhar. Somando-se a isso as perdas das vagas na indústria e na agricultura, esta pode ser considerada a década do desemprego. Apenas entre 1989 e 1996, o número de desempregados no país quase triplicou, passando de 1,9 para 5,0 milhões. Esta massa de pessoas equivalia em 1989 a 3% da PEA (63 milhões) e, em 1996, 6,9% (73 milhões).<sup>1</sup> Portanto, o contingente de desempregados produzido até metade da década soma 3,1 milhões de pessoas. Reduzindo-se o problema a um ponto de vista estritamente demográfico, o que ocorreu neste período foi que a entrada de grande número de jovens no mercado de trabalho fez a oferta de mão-de-obra superar em muito a demanda.

As causas do problema não se restringem à mão-de-obra em excesso. Também houve uma restrição da demanda por novos trabalhadores. A abertura da economia aos produtos importados eliminou setores inteiros da indústria nacional. Na década de 80 o total de importações foi de US\$ 196 milhões e, até 1997, o total já alcançava US\$ 609 milhões.<sup>2</sup> Grosso modo, pode-se dizer que hoje a economia é três vezes mais aberta e isso trouxe mudanças estruturais. Entre 1992 e 1997, o PIB passou de US\$ 401 bilhões para US\$ 804 bilhões e, apesar disso, o nível de ocupação da população subiu apenas 2,2% (de 66,5 milhões para 68,0 milhões).<sup>2</sup> Uma das razões é que as empresas que sobreviveram ao processo de abertura tiveram de fazer ajustes para aumentar sua produtividade e, assim, competir com os produtos importados. O resultado foi mais corte de pessoal.

Outro aspecto relevante foi a introdução de novas tecnologias e sistemas de produção. Embora localizados, os impactos da modernização em alguns segmentos da economia foram devastadores. Estudo feito pela Fundação Seade, do governo paulista, mostra que, entre 1990 e 1997, apenas os

---

1. IBGE. *Anuário Estatístico 1991 e 1997*, pp. 238 e 248 e pp. 2-69 e 2-76.

2. IBGE. *Anuário Estatístico 1995 e 1997*, pp. 2-11 e 2-81. *Conjuntura Econômica*, set 99, volume 53, p.XXVII.

efeitos de novos sistemas de plantio e da mecanização na agricultura eliminaram 625 mil postos de trabalho no país. Apenas a cultura da cana-de-açúcar, que está adotando a mecanização da colheita, do carregamento e do transporte, cortou 338 mil vagas nos últimos oito anos.<sup>3</sup>

Os efeitos perversos da modernização poderiam ser amenizados se o país estivesse crescendo. Empregos eliminados de um lado poderiam ser criados em outros setores. Se a economia estivesse em crescimento, a tal colhedeira de cana desempregaria no campo, mas surgiriam novas ocupações na cidade. Para piorar o quadro, a política de câmbio sobrevalorizado, mantida muito tempo pelo governo Fernando Henrique, em conjunto com as altas taxas de juros, fez com que se tornasse mais barato importar máquinas do que comprá-las localmente. Dessa forma, acabou-se “exportando” empregos e inibindo o crescimento econômico. “Desde julho de 1994, o Plano Real fez as importações crescerem muito mais do que as exportações, o que implicou uma transferência ao exterior de centenas de milhares de empregos”, comenta o economista Paul Singer<sup>4</sup> (ver mais sobre “exportação” de empregos no *Capítulo 6*).

Embora seja uma condição necessária, a retomada do crescimento econômico não basta para amenizar o problema do desemprego no país. Além de ter criado uma multidão de desempregados, a década de 90 piorou a qualidade das ocupações. É o que podemos chamar de precarização do trabalho. Até a década de 70, de cada 10 postos de trabalho abertos, 8 eram assalariados (dos quais apenas 1 sem registro em carteira). Nos anos 90, a situação se inverteu. E, para piorar, as duas vagas assalariadas são sem carteira assinada. E não ter registro significa não ter direito a férias, descanso semanal remunerado, fundo de garantia e previdência pública. Atualmente, 57% da população economicamente ativa - cerca de 40 milhões de pessoas - estão na informalidade. No caso das mulheres, este número sobe para 65%.<sup>5</sup> O Brasil está caminhando para o pior de dois modelos: desemprego em níveis europeus e um mercado de trabalho mais flexível do que o norte-americano.

---

3. Folha de S.Paulo. *O Colapso do Trabalho*. São Paulo, 1 mai 98, Suplemento Especial, p.3.

4. Singer, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnósticos e Alternativas*. São Paulo, Contexto 1998, p.128.

5. Folha de S.Paulo. *O Colapso do Trabalho*. São Paulo, 1 mai 98, Suplemento Especial, p.3.

No esforço para reduzir o chamado “custo Brasil”, a Constituição de 1988 foi **desfavorável** ao trabalhador à medida que aumentou os custos para empregar e demitir, dificultou a modernização das relações trabalhistas, enrijeceu o mercado de trabalho e desestimulou o emprego formal. Por sua vez, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), base da legislação trabalhista brasileira criada em 1943, possui 922 artigos e na prática, permite apenas uma forma de contratação. Não existem contratos de trabalho flexíveis o suficiente para estimular o emprego do jovem ou do profissional com mais de 50 anos. Para estas pessoas, o interesse maior pode não ser os 30 dias de férias ou o vale-transporte. Pode ser apenas um emprego. De qualquer forma, alguns progressos já são observados nas regras atuais como a suspensão do contrato de trabalho por um período de dois a cinco meses (a empresa fica desobrigada de pagar salários), a regulamentação do regime de trabalho em tempo parcial e a criação do banco de horas.

Outra questão, a da redução dos encargos sociais, gera polêmica porque passa necessariamente pela mudança das leis em vigor. As três partes interessadas - empresas, empregados e governo - jogam pesado na defesa de seus interesses. Para as empresas, pagar menos encargos significa gastar menos, lucrar mais e ter produtos mais competitivos. Não significa, porém, produtos mais baratos e/ou melhores salários. Para os empregados, interessa manter o emprego e os direitos garantidos por lei. Quem tem emprego não quer nem ouvir falar em perda de direitos. Para os desempregados, o importante é ter empregos - mesmo que isso signifique abrir mão de alguns direitos - e salário para sustentar a família. Para o governo, não interessa mudar a lei sobre os encargos, especialmente o FGTS e o INSS, pois isso representa perda de receita para programas que já têm escassez de recursos como financiamentos habitacionais e aposentadorias (ver mais sobre encargos sociais no *Apêndice*).

O baixo nível educacional é outro fator que contribui para os elevados níveis de desemprego no país. 15% da força de trabalho não possui qualquer instrução, enquanto apenas 10% portam diplomas universitários. Mais de 50% dos trabalhadores brasileiros são analfabetos se for considerado o padrão mundial de alfabetização: a capacidade de ler e interpretar um manual de instruções. Em média, o trabalhador brasileiro tem três anos e meio de escola; nos países desenvolvidos a média é dez anos.<sup>6</sup>

---

6. Folha de S.Paulo. *O Colapso do Trabalho*. São Paulo, São Paulo, 1 mai 98, Suplemento Especial, p.3.

O esforço brasileiro precisa caminhar em dois sentidos: melhorar a escola básica para as crianças e prover educação para os atuais trabalhadores. A baixa escolaridade no Brasil é considerada uma armadilha que pode prender o país num círculo vicioso de desemprego. Na economia globalizada, é preciso ensinar os trabalhadores a aprender, e não apenas a fazer. Em ambiente de alta tecnologia, estão desaparecendo aquelas funções repetitivas para as quais é fácil treinar alguém. Essas funções - apertar parafusos ou aplicar pontos de solda - que exigem um repertório limitado de conhecimento e, sobretudo, nenhuma necessidade de improvisar em face de situações imprevistas, passaram a ser feitas com mais eficiência e menores custos por máquinas e robôs.

O Brasil investiu muito pouco em educação por muitos anos e agora tem que corrigir isso se quiser retomar o crescimento e reduzir os níveis de desemprego. Está aí, na educação precária, um dos principais obstáculos à entrada do país em um novo ciclo de desenvolvimento (ver mais sobre o trabalhador do futuro no *Capítulo 13*).

***PARTE II***  
***As Duas Faces da Tecnologia***



## *Capítulo 4*

### *A Revolução da Microeletrônica*

Há quase três décadas surgia o primeiro microprocessador no mercado. Num prazo bem menor do que o tempo de uma vida, esse pequeno artefato virou a sociedade de cabeça para baixo e tornou nossa era uma época interessante, pelo simples fato de baratear a informação. O fato de que hoje seja possível efetuar um bilhão de cálculos ao custo de um centavo possibilitou descobertas científicas e médicas que antes teriam sido inatingíveis. Mas o microprocessador também possui poder destrutivo. Categorias inteiras de empregos, do chão de fábrica à administração, simplesmente deixaram de existir.

Ninguém é capaz de prever com precisão para onde tudo isso está nos levando, mas pelo menos a espécie humana já tem alguma experiência do que acontece quando uma inovação tecnológica vem baratear demais os insumos econômicos. Nossos antepassados de dois séculos atrás tiveram que passar por esse mesmo processo, sem contar com a experiência que nos legaram. Eles nasceram num mundo pouco diferente daquele conhecido por seus avós, mas viveram para ver a máquina a vapor transformar quase tudo: a manufatura, os transportes, a agricultura e a política.

Naquela época, as transformações ocorriam em velocidade mais lenta do que hoje. De repente, a humanidade deixou de depender da força dos músculos ou da tração animal. Do mesmo modo que a revolução dos microprocessadores potencializa ao máximo a mente humana, a revolução do vapor potencializou ao máximo os braços e pernas humanos. O que a máquina a vapor barateou foi o trabalho, no sentido em que o físico empregava a palavra. Antes do vapor, esse tipo de trabalho só podia ser realizado por humanos, animais, vento ou água em movimento. Mas era impraticável atrelar grande número de criaturas vivas num mesmo arreio e, para usar o vento ou a água em movimento, era preciso estar onde estavam estes recursos. A maioria das fábricas do início da era industrial se situava na zona rural, onde era mais fácil dispor de ventos e rios. A ferrovia movida a vapor transformou a geografia e a história. As ferrovias também revolucionaram a guerra, e a Guerra Civil americana foi o primeiro grande conflito da era industrial, precursora dos desesperados conflitos globais que marcaram o século XX.

Como a Revolução do Microeletrônica, que caracteriza o início da Terceira Revolução Industrial, a revolução do vapor não se deu de uma só vez.<sup>1</sup> Ela pôs em andamento uma cadeia de acontecimentos que levou ao surgimento do computador pessoal e vai terminar só Deus sabe quando. Em certo sentido, a revolução dos microprocessadores não passa de uma continuação daquilo que a antecedeu. Dois séculos após a criação da máquina a vapor rotatória, a eletricidade começou a ter outra aplicação: armazenar dados e fazer cálculos. Os primeiros computadores tinham aplicações muito limitadas. Eles utilizavam milhares de tubos a vácuo que precisavam ser substituídos constantemente por vários funcionários. O transistor possibilitou a redução do tamanho e do consumo de energia do computador, ao mesmo tempo que aumentou muito sua confiabilidade.

Mas os computadores em si continuaram sendo muito caros, por uma razão matemática simples. A potência e a velocidade da máquina dependiam não apenas do número de transistores mas também do número de conexões existentes entre eles. O circuito integrado resolveu o problema da interconexão. Em 1971 a empresa norte-americana Intel inseriu um processador de 2300 transistores em uma única pastilha de silício.<sup>2</sup> Foi uma façanha que marcou época. Hoje, quase três décadas após o aparecimento do primeiro microprocessador, os computadores estão presentes em quase tudo: telefones, automóveis, televisores, aparelhos de fax, relógios de pulso e, é claro, em cima de milhões de mesas. Se todos computadores parassem de funcionar de repente, a civilização ocidental entraria em colapso (explica-se o porquê de tanta preocupação com o "bug" do milênio). Por mais que a revolução do silício tenha mudado o mundo, ela ainda está em seus primórdios.

---

1. Na Primeira Revolução Industrial, a energia movida a vapor foi utilizada para extração de minério, na indústria têxtil e na fabricação de uma grande variedade de bens que antes eram feitos à mão. O navio a vapor substituiu a escuna e a locomotiva os vagões puxados a cavalo. Na Segunda Revolução Industrial, que ocorreu entre 1860 e a I Guerra Mundial (1914-1918), o petróleo passou a competir com o carvão. A eletricidade foi utilizada pela primeira vez, criando uma fonte de energia para operar motores e iluminar cidades. A máquina a vapor foi substituída por motores a explosão e elétricos. Na Terceira Revolução Industrial, que surgiu logo após a II Guerra Mundial (1939-1945) e se prolonga até os dias de hoje, é caracterizada pela introdução de robôs com controles numéricos, computadores e softwares (Rifkin, Jeremy. *The End of Work*. New York, G.P.Putnam's Sons 1995, pp.59-60).

2. EXAME. *Do Vapor ao Silício*. São Paulo, 16 jul 97, p.98.

## *Capítulo 5*

### *O Desemprego Tecnológico*

Em 1930, em plena Grande Depressão, o economista britânico John Maynard Keynes, autor do clássico *The General Theory of Employment, Interest and Money*, advertia seus leitores para um novo e perigoso fenômeno: “Estamos sendo acometidos por uma doença da qual alguns leitores talvez ainda não tenham ouvido falar, mas sobre a qual ouvirão falar muito nos próximos anos: o “desemprego tecnológico”. Isto é, o desemprego como resultado da nossa descoberta de meios de economizar a mão-de-obra, superando a velocidade com que podemos encontrar novos usos para ela”.<sup>1</sup>

Hoje, diante da maior onda de desemprego desde aquela época, o mundo ainda encontra-se dividido entre os que defendem a intensificação dos processos de automação como saída possível para uma economia que parece produzir menos empregos que produtos, e os que acreditam que os avanços tecnológicos da Terceira Revolução Industrial, se entregues aos seus próprios desígnios, produzirão um cataclismo de proporções inimagináveis. Robôs, computadores e a comunicação por satélite estão eliminando milhões de empregos e de nada adianta lamentar-se por eles. Estes ganhos de produtividade do trabalho beneficiam a todos e seria uma luta inglória tentar barrar o progresso tecnológico para manter seres humanos fazendo coisas que máquinas fazem mais barato e melhor.

Mas afinal, as tecnologias empregam ou desempregam? Afirmar que ela substitui trabalho é fácil; difícil é provar que ela causa desemprego. O mundo está repleto de casos de tecnologias que criaram novos produtos e geraram novas demandas e oportunidades de trabalho. A simples coincidência de avanços tecnológicos com o aumento do desemprego não é suficiente para provar a sua causa. As tecnologias podem ser negativas ou positivas para o emprego. Tudo depende do ambiente e do local observado e do ambiente econômico onde é aplicada. Quando os benefícios da tecnologia são apropriados por poucos, seu efeito é devastador; quando apropriados por muitos, o impacto é criativo.

---

1. Keynes, John Maynard. *Essays in Persuasion*. New York, The Norton Library 1963, p.364.

Todo o Primeiro Mundo usa intensamente as tecnologias. No entanto, a situação de emprego varia. Na Alemanha, onde a flexibilidade trabalhista é mínima, o desemprego está em 10,6%, na França, 11,3%, na Itália, 12,0%, na Espanha, 15,9%, na Suécia, 6,1% e no Reino Unido, 5,9%. Nos EUA, onde a flexibilidade é máxima, há apenas 4,2% de desempregados, no Japão, 4,7%; e, nos Tigres Asiáticos, 2,0% em média (no Brasil algo como 8,0%).<sup>2</sup>

O movimento simultâneo de criação e destruição de empregos pela tecnologia não é novo. Desde os primórdios da Primeira Revolução Industrial, a cada onda de inovação tecnológica segue-se períodos de grande ansiedade social, caracterizados pelo temor de que as máquinas venham desalojar a mão-de-obra humana para sempre. O que se tem observado, ao longo da História, é que existe uma defasagem entre o impacto negativo da tecnologia na fábrica e seu impacto positivo no mercado de trabalho. A inovação tecnológica costuma sair na frente, desempregando. É nesse intervalo que as estatísticas de desemprego crescem; mas aos poucos os efeitos negativos da inovação desaparecem e o emprego volta a crescer. O economista austriaco Joseph Schumpeter a colocava no centro dos acontecimentos. Segundo ele, a economia progride em círculos de inovação. Ela avança de forma acelerada à medida que uma novidade técnica vai se disseminando por imitação. Quando esse ciclo se esgota, a economia ou setores dela entram em estagnação até que um novo empreendedor dê início a um novo surto de inovação. Schumpeter chamou esse mecanismo de “destruição criativa”<sup>3</sup>, conceito que enfatiza tanto os aspectos benéficos que advêm quanto aos efeitos desestabilizadores que ele acarreta.

E qual é o lugar do trabalhador em um universo econômico fadado à revolução permanente? No passado, esse lugar esteve assegurado. O advento da Primeira Revolução Industrial e os dois séculos de crescimento da mecanização que se seguiram desalojaram a maior parte da humanidade das tarefas agrícolas, instalando-a nas cidades. A indústria absorveu este contingente. A partir da década de 50, uma nova onda de inovação tecnológica nas fábricas foi tirando gente das linhas de produção e as deslocando para o nascente setor de serviços. As coisas novamente se acomodaram em um patamar

---

2. The Economist. *Economic Indicators*, 9 out 99, volume 353, p.124.

3. Schumpeter, Joseph A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York, Harper Publishers 1940, p.83.

de prosperidade que a humanidade jamais havia conhecido. O desemprego manteve-se em níveis baixíssimos, a expectativa de vida aumentou, a produção de alimentos e bens manufaturados quadruplicou. No início da década de 70, os indicadores econômicos globais começaram a oscilar para pior, mas a estrutura básica de emprego se manteve, apoiada na expansão da indústria e dos serviços. Hoje, quando uma nova onda de modernização atinge simultaneamente o que resta das fábricas e do setor de serviços, com reengenharias, reestruturações e *downsizings*, para onde irão estas pessoas? Ninguém sabe.

Otimistas sustentam que os novos empregos serão criados pela transformação da economia, mas que é impossível apontar onde surgirão. É mais fácil apontar os empregos que serão destruídos do que aqueles que serão criados. Eles defendem a teoria que nestes momentos, mecanismos econômicos poderosos entram em ação. Quando se olha para trás, isto parece fazer sentido. Com base no conhecimento da época, Thomas Malthus foi levado a sério quando previu que a multiplicação humana levaria inexoravelmente à fome endêmica.<sup>4</sup> Ele não poderia prever, entretanto, que a tecnologia agrícola do século XX conseguiria safras tão gordas que acarretariam até mesmo problemas estruturais de superprodução.

O raciocínio de Malthus parece estar sendo aplicado à questão do emprego. Existem hoje mais de 800 milhões de desempregados.<sup>5</sup> Mantendo-se o ritmo atual de crescimento demográfico, em quatro décadas o planeta deverá abrigar um número superior a 10 bilhões de pessoas. Haverá empregos para todos? Parece óbvio que não. Esse raciocínio, como vários outros na mesma direção, é perfeitamente coerente com os dados sobre geração de empregos que se dispõe hoje. Mas não considera (e talvez não haja como fazê-lo) a possibilidade de mudanças positivas acarretadas pela tecnologia.

Economistas liberais partem do princípio que qualquer mudança tecnológica que aumente a produtividade é bem vinda. Ao elevar os níveis gerais de produção ela reduz os preços e acaba, em tese, criando novos empregos. Mas há economistas que pensam diferente. De formação marxista ou keynesiana, eles atribuem o sucesso da economia do pós-guerra não às inovações tecnológicas

---

4. Malthus, Thomas Robert. *First Essay on Population* 1798. New York, M.Kelley Bookseller 1965, pp.13-19.

5. ILO. *The World of Employment Situation, Trends and Prospects*. Geneva, 1994.

e aos ganhos de produtividade, mas sim à intervenção do Estado. Empregando diretamente ou irrigando a economia com recursos indiretos (obras públicas e indústria bélica, por exemplo), o Estado teria sido o agente de equilíbrio que permitiu, nas últimas cinco décadas, absorver o impacto da automação na iniciativa privada. Só que agora os Estados estão quebrados em toda a parte e reduzindo sua participação na economia. Os efeitos da automação aparecem então sem disfarces e o desemprego recorde seria apenas uma de suas manifestações.

### ***Parte III***

## ***Outros Agentes Destruidores de Empregos***

## *Capítulo 6*

### *O Fenômeno da Globalização*

O mundo de hoje é muito diferente do que há duas décadas atrás. Ouve-se falar num momento que as grandes corporações americanas e japonesas estão demitindo dezenas de milhares de trabalhadores e transferindo suas operações para países de mão-de-obra mais barata. Em outro momento, as más notícias vêm da Europa Ocidental. Numa região que conseguiu contornar as tensões do pós-guerra com a construção de uma rede de assistência social impecável e caríssima, o *Welfare State Europeu* (Estado de bem estar social) terminou quebrado. Na segunda economia do mundo, a japonesa, vive-se uma recessão desde o início da década.

No mundo do trabalho internacionalizado, o que mais existe é desemprego. E quem fica à margem desse novo ciclo do capitalismo está condenado ao atraso e à miséria. Mas quem se adapta a ele nem sempre se sai bem. Vide o México que cumpriu à risca a receita ortodoxa para integrar sua economia ao mundo avançado; no contrapé, foi à lona e quebrou em 1994, a exemplo dos países asiáticos em 1997, Rússia em 1998, mais recentemente, o Brasil no começo do ano.

No passado foi a máquina a vapor. Neste final de século, o motor da nova revolução é o aperfeiçoamento dos transportes e das telecomunicações. A tecnologia sempre se alterou, mas nunca com tanta velocidade. Os meios de transporte evoluem desde a invenção do carro de boi, mas jamais foi possível deslocar artigos de um lugar para outro numa quantidade tão grande e velocidade tão espantosa. E as telecomunicações, com sua capacidade de conectar instantaneamente pontos diferentes do planeta, tornaram as distâncias irrelevantes para as operações empresariais. O resultado é um mundo onde as economias nacionais perdem importância relativa. “Países se estilhaçam, crescem os blocos regionais, a economia global torna-se cada vez mais interligada”, complementa o economista Lester Thurow.<sup>1</sup>

A globalização é um processo de aceleração capitalista em que o produtor vai comprar matéria-prima em qualquer lugar do mundo onde ela seja melhor e mais barata. Instala a fábrica nos países onde a

---

1. Thurow, Lester C. *O Futuro do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Rocco 1997, p.23.



mão-de-obra é mais em conta e vende a mercadoria para o mundo inteiro. O entrelaçamento econômico das paróquias é um processo que começou na pré-história, mas sempre progrediu em marcha lenta. Neste momento, está na velocidade da luz. Essa é a diferença. Ao lado de seu tremendo potencial para criar soluções e riquezas num ritmo alucinante, também pode causar dor. Quando a máquina a vapor entrou em cena ela provocou um choque de aceleração produtiva. Passou a movimentar os teares e uma multidão de braços humanos perdeu sua função e seu emprego. Perplexos e assustados, os trabalhadores *luditas*<sup>2</sup> chegaram a invadir fábricas para destruir as máquinas que os deixavam sem o ganha-pão.

Uma das facetas da aceleração capitalista está no campo financeiro. Em 1971, o volume de empréstimos internacionais de médio a longo prazo feitos pelo capital privado foi de 10 bilhões de dólares. Em 1995, ele chegou a 1,3 trilhão.<sup>3</sup> Esse dinheiro pode pertencer a um pequeno poupador japonês ou a um superinvestidor, como o húngaro George Soros, e está financiando coisas tão diversas quanto uma fábrica no Ceará ou um déficit público nos EUA. Além desse dinheiro de médio e longo prazo, há outro, o dinheiro volátil (*hot money*), que gira pelos vários mercados financeiros, como o das bolsas de valores, do câmbio ou dos juros, à procura da melhor remuneração; é o chamado capital especulativo. O capital volátil, tão temido pelos países de economia frágil, também impulsiona negócios, mas só estaciona nos países estáveis. É por isso que o México foi a bancarrota quando o dinheiro volátil que lá estava fugiu (não muito diferente do que aconteceu por aqui no começo do ano).

Em comparação com a capacidade trilionária de investimento do capital privado, o volume de dinheiro público disponível para aplicação nos países é muito modesto. Nos anos róseos do pós-guerra o cofre

---

2. Os luditas foram grupos organizados de trabalhadores desempregados das fábricas têxteis no século XIX. Eles destruíam a maquinaria que lhes roubavam os empregos. O movimento iniciou em 1811 na Inglaterra e logo se espalhou. Eles costumavam agir à noite, mascarados e geralmente contavam com o apoio das localidades onde atacavam. A palavra sabotador vem da palavra francesa “*sabot*”, o tamanco de madeira usado pelos tecelões franceses para quebrar os delicados mecanismos dos teares a vapor ao sentirem seus empregos ameaçados. Em 1813, severas medidas de repressão contra os luditas levaram a um julgamento em massa, que resultou em uma série de enforcamentos e deportações. Desde então, o ludismo tem sido associado ao que há de mais desesperado e ingênuo na resistência humana contra as máquinas. (Folha de S.Paulo. *Neuludita Prevê Catástrofe Social em 2020*, São Paulo, 12 nov 95, Cad.1, p.16).

3. VEJA. *A Roda Global*. 3 abr 96, p.82.

estatal dava para o gasto. Foi neste ponto que um fator novo entrou em cena. Os governos passaram a comprometer cada vez mais suas receitas com saúde pública, seguro desemprego, aposentadoria etc. Mais tarde, viriam os armamentos pesados da Guerra Fria. O que hoje se vê é o Estado sem fundos para investir e as corporações com dinheiro saindo pela janela. Imagina-se, freqüentemente, que a onda de privatização que se espalha pelo mundo seja resultado de uma opção ideológica. Não é. Os governos vendem usinas, estradas e serviços porque não têm mais dinheiro para bancar investimentos nessas coisas. É o setor privado que tem.

A outra faceta do processo de globalização está na indústria. Tome-se, por exemplo, alguma das maiores corporações mundiais: Mitsubishi, Sumimoto, General Motors, Ford, Exxon, Shell entre outras. A maior parte dos prédios, máquinas e laboratórios desses grupos está em unidades fora de seus países de origem. Elas têm seus próprios laboratórios e financiam boa parte da ciência acadêmica. A força destas corporações e sua atuação geográfica - operam praticamente em todos os países do mundo - mudaram o enfoque do jogo econômico. No passado, quem fazia as grandes decisões econômicas eram os governos. Agora são as empresas. As maiores corporações mundiais estão decidindo basicamente o que, como, quando e onde produzir os bens e serviços utilizados pelos seres humanos. E o terceiro elemento da globalização está no consumidor. Há algumas décadas, ele usava produtos nacionais. Hoje, não compra exatamente produtos de um país estrangeiro. O que ele consome, em número cada vez maior, é o produto sem pátria, sem carteira de identidade, sem sotaque identificável.

O processo de globalização dos mercados está evoluindo rapidamente e é difícil detê-lo. E como tudo na vida, tem um lado negativo. A primeira é de que estaria destruindo os empregos também em escala global num ritmo igualmente veloz. No fim da linha, dizem os críticos, haverá uma crise social de proporções nunca vistas. Em sua guerra internacional contra os concorrentes para conseguir melhores preços e qualidade, as empresas cortam custos, isto é, empregos, e aumentam muito os seus índices de automação, liquidando mais postos de trabalhos. No doloroso processo da adaptação, essas companhias deslocam unidades industriais para outros países, terceirizam parte do trabalho, automatizam outras, e assim por diante e o resultado é mais demissões. Nos estudos acadêmicos deu-se o nome de “desemprego estrutural” a essa tendência.

O desemprego estrutural é um processo cruel porque significa que as fábricas robotizadas não precisam mais de tantos operários e os escritórios informatizados podem dispensar a maioria de seus datilógrafos, contadores e gerentes. "Seus efeitos se assemelham ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir. Neste sentido, a Terceira Revolução Industrial e a globalização se somam", destaca o economista Paul Singer.<sup>4</sup> Os economistas apontam no desemprego estrutural um paradoxo do sistema de globalização. Ele se ergueu para produzir coisas boas e baratas, vendidas numa escala planetária, fabricadas em grande parte por robôs, que são orientados por computadores. Mas, por cortar o emprego das pessoas e sua renda, não terá para quem vender seus produtos.

Outro lado criticado da globalização está no desaparecimento das fronteiras nacionais. Os governos não conseguem mais deter os movimentos do capital internacional. Por isso, seu controle sobre a política econômica interna está cada vez mais dependente de fatores externos. A quebra mexicana no final de 1994 (passando pelos países asiáticos, Rússia e mais recentemente, o Brasil) é o exemplo mais marcante dessa perda de controle. Os governos também estão perdendo a capacidade de proteger o emprego e a renda das pessoas. Se um país estabelece uma legislação que protege e encarece o trabalho, é provavelmente excluído da lista de candidatos à projetos de investimento. Da mesma forma imaginar que atos de força na alfândega, reservas de mercado e regulamentos de toda ordem signifiquem uma alternativa de progresso econômico. Os tempos mudaram, e um país com fronteiras fechadas tem pouco acesso a capitais e a novidades tecnológicas. Com isso perde competitividade, fica incapaz de produzir coisas melhores e baratas e a capacidade de criar empregos diminui. Ficou tão caro contratar um trabalhador europeu, com a sua gama de benefícios, que as grandes corporações européias estão transferindo seus negócios para fora do continente e não há nada que os governos locais possam fazer. Há, enfim, uma perda de controle sobre a produção e comercialização de tecnologia, coisa que, nos tempos da Guerra Fria, seria impensável. Naquela época, a tecnologia estava ligada à soberania dos países. Hoje, para empresas que operam em escala global, a origem da tecnologia, da matéria-prima e do trabalho não tem a menor importância, desde que seja de baixo custo e de boa qualidade.

---

4. Singer, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnósticos e Alternativas*. São Paulo, Contexto 1998, p.23.

Há, enfim, uma perda de controle sobre a produção e comercialização de tecnologia, coisa que, nos tempos da Guerra Fria, seria impensável. Naquela época, a tecnologia estava ligada à soberania dos países. Hoje, para empresas que operam em escala global, a origem da tecnologia, da matéria-prima e do trabalho não tem a menor importância, desde que seja de custo baixo e de boa qualidade.

A globalização ainda está no seu início. É impossível dizer que consequências trará, a não ser as já conhecidas. Alguns países andam mais depressa, regiões inteiras ficam para trás, diferentes classes sociais podem ser mais ou menos beneficiadas. Neste primeiro momento da globalização já se percebem desdobramentos para terrenos fora do econômico: a Internet, a rede mundial de computadores, por exemplo. Agora mesmo, um adolescente japonês pode estar trocando experiências com seu colega brasileiro. Com o acesso ao mesmo tipo de informação, é provável que os jovens da classe média tendam ao mesmo padrão de consumo, comportamento e aspirações. Entre os otimistas, a expectativa é grande: “Trata-se de uma nova espécie de processo social, uma coisa nunca vista antes: uma civilização genuinamente transnacional, alimentada pela exposição à tecnologia e pelas mesmas fontes de informação”, escreve o economista Kenichi Ohmae.<sup>5</sup>

### **Países Pobres “Exportam” Empregos para Ricos**

A globalização estaria contribuindo para a “exportação” de empregos de países pobres, como o Brasil, para países ricos, como os EUA. Apesar do número mundial de desempregados vir crescendo nas últimas duas décadas, a fatia dos países desenvolvidos nesse bolo está em queda. O G-7, grupo dos sete países mais industrializados no mundo (EUA, Japão, Canadá, Alemanha, França, Itália e Inglaterra), era responsável por 30,1% dos desempregados do planeta em 1979. Dez anos depois, sua participação caíra para 22,1% e, no ano passado, ela foi reduzida para 16,9%. Ao mesmo tempo, o número de desempregados no mundo saltou de 44,6 milhões em 1979 para 83,4 milhões em 1989, chegando a 130,6 milhões em 1998.<sup>6</sup>

Essa nova ordem mundial começou a ser instalada na década de 80. Após uma década de crise, os países desenvolvidos promoveram uma reestruturação econômica baseada em pesados investimentos

---

5. Ohmae, Kenichi. *O Fim do Estado Nação*. Rio de Janeiro, Campus 1996, p.32.

6. Folha de S.Paulo. *Países Pobres Exportam Empregos*, São Paulo, 21 fev 99, Cad.2, p.6.

em tecnologia e em pesquisa. A maior parte desses investimentos foram patrocinados pelas grandes empresas, cujas sedes estão nos países ricos. Esse fato, somado ao movimento de fusões das maiores companhias, drenou a maior parte dos recursos internacionais para os países desenvolvidos. Essa reestruturação levou ao acirramento da competição internacional, e os países da periferia, sem o capital tecnológico, perderam espaço. O mercado que sobrou às nações pobres foi o da produção agrícola e de matérias-primas, produtos com baixo valor agregado e pequeno índice tecnológico, cujos preços internacionais vêm sofrendo tendência de queda no longo prazo.

O Brasil “exportou” cerca de 1,2 milhão de empregos da indústria entre 1985 e 1998. Desde o primeiro ano do governo José Sarney até o final do primeiro mandato de Fernando Henrique, o total de empregos na indústria nacional passou de 4,2 milhões para 2,4 milhões; uma queda de 43%. Neste mesmo período, a produção industrial teve um crescimento de apenas 2,7%. Em compensação, as importações de produtos industrializados registraram um crescimento de 75%.<sup>7</sup> A diferença entre esses dois indicadores indica a porção dos empregos eliminados pela indústria nacional que, por conta da abertura comercial e da sobrevalorização cambial, acabaram sendo “exportados”.

### **Aprofunda o Abismo Econômico Entre Países Ricos e Pobres**

O fenômeno da globalização estaria afetando também a distribuição de renda entre os países. Ano a Ano, o fosso que separa os incluídos dos excluídos vem aumentando: os ricos ficam mais ricos, e os pobres, mais pobres. O planeta chega às vésperas de um novo século com desigualdades mundiais na renda e níveis de vida de proporções grotescas. Desde 1960, quando os ricos ganhavam 30 vezes mais que os pobres, a concentração da renda mundial mais que dobrou. Em 1994, os 20% mais ricos abocanharam 86% de tudo que foi produzido no mundo. Com 10% da população do planeta, os países mais pobres detêm apenas 0,3% do comércio mundial; metade do que detinham há 20 anos.<sup>8</sup> As causas são várias: das barreiras alfandegárias que prejudicam às exportações dos países pobres às leis de proteção de patentes que dificultam o acesso desses países à novas tecnologias.

---

7. Folha de S.Paulo. *Brasil Exporta 1,2 Milhão de Empregos*. São Paulo, 8 mar 99, Cad.3, p.4.

8. Folha de S.Paulo. *Globalização Distancia Países Ricos dos Pobres*. São Paulo, 2 nov 97, Cad. Especial, p.12.

Além do comércio, o fluxo internacional de recursos aprofunda as disparidades mundiais. Mais de 90% dos investimentos estrangeiros diretos vão para EUA, Japão, Europa e China. Todos os demais países, com 70% da população mundial, ficam com menos de 10% dos investimentos.<sup>9</sup> Com tantas desvantagens competitivas, a imensa maioria dos perdedores do processo de globalização tinha mesmo que estar entre os países pobres. A quantidade de pessoas vivendo com menos de 1 dólar por dia passou de 1,2 bilhão em 1987 para 1,5 bilhão atualmente. Estima-se que esse contingente chegue a 1,9 bilhão de pessoas em 2015.<sup>10</sup>

---

9. Folha de S.Paulo. *Globalização Distancia Países Ricos dos Pobres*. São Paulo, 2 nov 97, Cad. Especial, p.12.

10. Folha de S.Paulo. *Miséria Globalizada*. São Paulo, 19 set 99, Cad.1, p.2.

## Capítulo 7

### *Reengenharia, "Downsizing" e Outros Modismos*

A reengenharia, conceito gerencial concebida no início da década, conquistou escritórios mundo afora. No campo dos negócios, seus postulados não deixavam escolha: para sobreviver numa economia globalizada e cada vez mais competitiva, era fazer ou fazer a reengenharia. Entretanto, de uns anos para cá, ela começou a ser contestada de vários lados e por diversos motivos. Uma das críticas mais frequentes diz que a reengenharia, louvada à condição de “destruição criadora” (Schumpeter), teria cumprido apenas a metade de seus objetivos: justamente a parte da destruição dos empregos. Pelo seu lado, o *downsizing*, último dos modismos administrativos usado para enxugar pessoal, que teve como precursor a já desgastada reengenharia, também passou dos limites. Os anos de *downsizing* minaram o relacionamento entre empresa e empregados. Atrás de palavras-de-ordem como reengenharia e produtividade, vinha o consultor externo recomendando demissões, mais trabalho e treinamento aos que sobravam.

O que talvez não seja tão evidente é que aqueles que sobrevivem a processos de reengenharia podem sair dele tão amargurados quanto os que perderam seus empregos. A reengenharia traz à tona o aspecto irracional de muitas das mudanças efetuadas no mundo do trabalho moderno. Muitas empresas demitem e dizem que estão fazendo reengenharia. Na ânsia de cortar gordura indiscriminadamente, elas acabaram atingindo os músculos, nervos e algumas delas, órgãos vitais. Companhias que enxugaram suas estruturas além da conta, voltam a recontratar, gastam mais e recorrem à terceirização para compensar os cortes. Nenhum dos conceitos gerenciais da última década promete exercer tanto impacto sobre o ambiente de trabalho. Estima-se que, somente nos EUA, cerca de 2,6 milhões de trabalhadores perderam seus empregos desde 1990, quando iniciou-se a onda de reestruturações.<sup>1</sup> Estima-se que o redesenho dos processos de trabalho poderia, ser feito nos EUA, eliminar entre 1 a 2,5 milhões de empregos anualmente, chegando a 25 milhões no total.<sup>2</sup> Diferentemente do retorno à lucratividade, muitos, talvez a maioria dos esforços de reengenharia fracassam.

---

1. EXAME. *A Reengenharia Contestada*. São Paulo, 2 ago 95, p.113.

2. Rifkin, Jeremy. *The End of Work*. New York, G.P.Putnam's Sons 1995, p.7.



## *Capítulo 8*

### *O Capitalismo em Xequê*

Por que depois que inventaram as máquinas, as pessoas têm que trabalhar mais do que antes da existência delas? Por trás desta singela pergunta vem à tona questões profundas da relação do homem com o trabalho que nem o comunismo, nem o capitalismo, conseguiram até hoje responder. O capitalismo sempre teve uma imagem ruim. Nenhum sistema baseado no lucro é simpático à opinião pública. Muitos se queixam que as empresas estão obcecadas com os resultados; que algumas fusões gigantescas não fazem sentido do ponto de vista econômico, sendo ditadas mais por ego ou ganância a custa dos trabalhadores; que o sistema inteiro é cruel e assim por diante. Afora os clamores da opinião pública, a verdade é que o sistema capitalista não tem demonstrado capacidade de fornecer soluções aos problemas econômicos mais críticos que passa o mundo globalizado, em especial, ao do desemprego em massa. Foi-se o tempo em que o setor de serviços, o que mais cresceu nas últimas duas décadas, era capaz de absorver a massa desempregada pela indústria. A mesma lógica da automação e da competitividade desenfreada que despede trabalhadores e afeta o setor produtivo, também tomou conta dos serviços. Excetuando-se uma ou outra medida paliativa, ninguém sabe o que fazer com o crescente número de excluídos do trabalho.

Apesar deste quadro sombrio, o capitalismo globalizado vive hoje, paradoxalmente, seus dias de glória. Ninguém em sã consciência se atreve a dizer que a crise do emprego poderia ressuscitar o fantasma do comunismo como alternativa histórica. “O desígnio do capitalismo nunca foi criar empregos, mas produzir riqueza abstrata. O que vem ocorrendo neste último quarto de século parece indicar que a era keynesiana, os anos dourados de crescimento capitalista, foi sucedida, desde o início dos anos 70, por turbulências e instabilidades que a história poderá revelar tão formidáveis quanto as que irromperam nas décadas de 20 e 30”, lembra o economista Luiz Gonzaga Belluzzo.<sup>1</sup> O economista vê na ascensão do nazismo e na eclosão da II Guerra Mundial uma resposta, irracional e regressiva, aos excessos do capitalismo das décadas anteriores. O desemprego estrutural seria, neste contexto esboçado pelo economista, só a ponta de um iceberg que esconde dias muito piores.

---

1. Folha de S.Paulo. *Fim do Trabalho Encerra o Século*. São Paulo, 3 mar 96, Cad.5, p.12.



"As estruturas do capitalismo estão sendo abaladas como nunca", afirma o economista Lester Thurow. Os números que ele usa são: na década de 60, a economia mundial cresceu a 5% reais ao ano, na de 70, caiu para 3,6%, na de 80, para 2,8% e na primeira metade da atual, é de apenas 2,0%. Estes números revelam que o capitalismo perdeu 60% de seu fôlego em duas décadas.<sup>2</sup>

O sociólogo Immanuel Wallerstein, autor de "The Modern World-System" vai mais além: "O capitalismo não dura mais que 50 anos e até lá, vamos ter um período de muita incerteza, desordem e, principalmente, mudança. À medida que o sistema entra em colapso, a ordem social também rui, nacional e internacionalmente. Eu prevejo uma séria de guerras sangrentas e tumultos sociais internos que não se restringirá apenas à países do Terceiro Mundo, mas também à nações desenvolvidas como Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão etc." <sup>3</sup>

### **O Novo Paradigma de Produtividade**

Existe uma crença que quanto maior a produtividade, melhor para a sociedade. A maior produtividade permite fabricar bens com menos trabalho e menor custo. Isto, por sua vez, eleva o consumo e, conseqüentemente, estimula a criação de empregos. Em nossa época, porém, o que se tem observado é que o aumento da produtividade, além de criar uma quantidade exagerada de bens, resultou numa avalanche de desemprego e miséria. Nas duas últimas décadas, a base desse desemprego estrutural tornou-se cada vez maior em quase todos os países. Estudiosos sugerem que o problema seria uma produtividade muito alta que causa desemprego. Mas é o oposto. O problema não está no excesso de produtividade e sim no atual modelo econômico. Antigamente, o tempo que se economizava com os ganhos de produtividade era transformado em mais trabalho, e hoje, com a revolução tecnológica, não se consegue gerar mais trabalho com a mesma velocidade com que se poupa o tempo.

A idéia tão natural de que o aumento da produtividade facilita a vida das pessoas não leva em conta a racionalidade das empresas. Um produtor de bens pode ter a brilhante idéia de trabalhar tanto quanto agora e utilizar a produtividade adicional para produzir uma quantidade ainda maior de mercadorias, a fim de ganhar mais dinheiro em vez de aproveitar o ócio. Um administrador de empresas é levado ao

---

2. Thurow, Lester C. *O Futuro do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Rocco 1997, p.13.

3. Wallerstein, Immanuel. *A Ruína do Capitalismo*. São Paulo, Folha de S.Paulo, 17 out 99, Cad.5, p.9.

mesmo raciocínio, pois de nada lhe serve que os assalariados conquistem um maior espaço de tempo livre. Para ele, a produtividade adicional representa um trunfo contra a concorrência, sendo revertida em benefício da diminuição dos custos e não a favor dos trabalhadores. É por isso que na história econômica moderna a jornada de trabalho diminuiu numa proporção muito menor do que o correspondente aumento de produtividade. Hoje em dia, os assalariados trabalham mais e durante mais tempo que os artesãos e camponeses da Idade Média. A diminuição dos custos, portanto, não significa que os trabalhadores trabalham menos mantendo a mesma produção, mas que menos trabalhadores produzem mais produtos. O aumento da produtividade reparte seus frutos de forma extremamente desigual: enquanto os trabalhadores “supérfluos” são demitidos, crescem os lucros dos empresários.

A questão da produtividade remonta há longa data. Os artesãos da Idade Média consideravam um pecado e crime fazer concorrência aos colegas por meio do aumento de produtividade e tentar conduzi-los a todo custo à ruína. Os métodos de produção eram por isso rigidamente controlados e ninguém podia modifica-los sem consentimento. O que impedia o desenvolvimento tecnológico era menos a incapacidade técnica do que essa organização social dos artesãos. Eles não produziam para um mercado no sentido moderno, mas para um mercado regional limitado, livre de concorrência. Essa ordem de produção durou mais tempo do que geralmente se supõe. Em grande parte da Alemanha, a introdução das máquinas foi proibida pela polícia até meados do século XVIII. A Inglaterra, como se sabe, foi a primeira a derrubar tal proibição. O caminho, assim, ficou livre para as invenções técnicas como o tear mecânico e a máquina a vapor, os dois motores da industrialização. E, de repente, irrompeu-se a temida catástrofe social: em toda a Europa alastrou-se o primeiro surto de desemprego em massa.

Ao longo do século XIX, à medida que os antigos redutos artesanais eram progressivamente industrializados, cada vez mais produtos tiveram seus preços reduzidos o que permitiu a explosão do mercado. O processo sofreu tal aceleração que os artesãos “supérfluos” foram imediatamente absorvidos pelo trabalho industrial, evitando assim que se repetisse a grande crise social dos antigos produtores têxteis. As crises, mesmo que inevitáveis, pareciam somente transições dolorosas para se atingir novos patamares de produtividade. A indústria não apenas absorveu os antigos ramos da produção artesanal, como também criou para si novos setores produtivos, inventou produtos jamais imaginados e infundiu a sede de compra nos consumidores. O processo de aumento da produtividade,

expansão e saturação dos mercados, criação de novas necessidades e nova expansão parecia não ter limites.

Até a I Primeira Guerra Mundial, a capacidade produtiva de uma fábrica de automóveis de porte médio permanecia em torno dos 10 mil carros por ano. Em Detroit - USA, a nova fábrica da Ford produziu, no exercício financeiro de 1914, a fantástica cifra de 248 mil unidades de seu célebre *Model T*.<sup>4</sup> Os novos métodos deflagraram uma nova revolução industrial. Mas tal revolução “fordista” ocorreu tarde demais para poder evitar a Grande Depressão (1929-33), desencadeada pelos custos da guerra e pelo declínio global do comércio. Ao final da década de 40, porém, sobreveio o “grande ciclo” da produção industrial de automóveis, aparelhos domésticos, equipamentos eletrônicos etc. Baseado no antigo modelo, só que agora em dimensão muito maiores, o aumento da produtividade criou um número espantoso de novos empregos. Na década de 70, as indústrias fordistas atingiram seu nível histórico de saturação. Desde então vivemos a Terceira Revolução Industrial, da Microeletrônica. De fato, os novos produtos passaram por um processo semelhante de barateamento, à maneira dos automóveis e das geladeiras. O computador, antes um aparelho caro destinado a grandes empresas, transformou-se rapidamente num produto de consumo das massas. Desta vez, porém, o surto econômico não causou o correspondente aumento de empregos como nos ciclos anteriores.

Na Terceira Revolução Industrial, a capacidade de racionalização é maior do que a capacidade de expansão. A eficácia de uma fase expansiva, geradora de empregos, deixou de existir. O desemprego tecnológico da antiga história da industrialização fez seu retorno triunfal, só que agora não se limita a um ramo da produção, mas se espalha por todas as indústrias, por todo o planeta. O próprio interesse econômico das empresas conduz ao absurdo. O tempo tornou-se dinheiro, e a eficiência (a quantidade de itens produzidos) tornou-se a medida de todas as coisas. Já seria tempo, depois de dois séculos de era moderna, que o aumento da produtividade servisse para as pessoas trabalharem menos e viver melhor. Mas o sistema de mercado não foi feito para isso. Sua ação restringe-se a transformar o excedente produtivo em mais produção. Só que este modelo chegou a um limite. A economia de tempo gerada pelas máquinas é tão grande que já não se consegue transformá-la em trabalho adicional

---

4. Kurz, Robert. *O Torpor do Capitalismo*. Folha de S.Paulo, São Paulo, 11 fev 96, Cad. 5, p.14.

e sim em mais desemprego. Os economistas não querem compreender que a Terceira Revolução Industrial possui uma qualidade nova, em cujo meio a teoria de Schumpeter não é mais válida. Em vão, eles ainda esperam o “grande ciclo” da microeletrônica.

### **Moeda sem Substância Ameaça o Futuro do Sistema**

Numa sociedade capitalista, em que a economia é a base de tudo, existe uma relação entre o trabalho, isto é, a atividade produtora de mercadorias, e a moeda, o meio circulante de troca. Portanto, toda moeda que não espelha um trabalho precedente é, em tese, moeda sem substância ou simulada. No passado, o processo de simulação da base monetária mostrou-se viável enquanto a economia de mercado assegurou seu crescimento com um verdadeiro consumo de energia humana, sob a forma de trabalho. O crescimento do trabalho produtivo nas indústrias possibilitou ao Estado recolher mais impostos e financiar seus gastos cada vez maiores. As novas indústrias “fordistas”, com sua produção em massa de automóveis, aparelhos domésticos, objetos eletrônicos etc., possibilitaram a criação de milhões de novos empregos. Mas o encanto desse “milagre econômico” foi quebrado pela Revolução da Microeletrônica no final da década de 70. A nova tecnologia substituiu em grande escala o trabalho humano pelo de robôs e pela racionalização (*lean production*). É claro que com isso o trabalho produtivo, no sentido capitalista do termo, não desapareceu completamente, mas o crescimento posterior da moeda deixou de corresponder de modo suficiente ao crescimento do trabalho.

Depois do Estado, foi a vez da própria economia de mercado ingressar no processo de simulação. Uma vez que a expansão do trabalho produtivo deixou de ser rentável ou tornou-se muito onerosa, os lucros passaram a fluir cada vez mais para a especulação com ações, imóveis, divisas cambiais, contratos a termos etc. A essência desta economia especulativa é obter um aumento fictício do valor sem lastro em qualquer trabalho produtivo, contando apenas com a negociação de títulos de propriedade. No caso das ações, isso significa que o próprio rendimento, por meio dos dividendos, adquiriu um valor acessório; o mais importante passou a ser o aumento dos índices das bolsas de valores acima de qualquer crescimento dos lucros obtidos no mercado real. A década de 80 viu nascer assim um capitalismo-cassino de dimensões globais que perdura até hoje.

O novo lugar-comum definido pelo *jobless growth* (crescimento sem empregos), significa que o crescimento da moeda tornou-se sem substância e é unicamente simulada por meio de créditos e de maneira especulativa. As dívidas do Estado, na forma de empréstimos estatais e títulos da dívida pública e as dívidas das empresas na forma de hipotecas, juros de empréstimos, crédito ao consumidor etc. têm um custo que não está mais atrelado ao trabalho produtivo, mas sim em grande parte no aumento dos ativos financeiros. As grandes empresas auferem lucros monumentais não mais pelo sucesso no mercado real, mas pelas manobras engenhosas de seu setor financeiro no mercado especulativo do capital fictício. O chamado “derivativo financeiro”, originalmente um instrumento de *hedge* (proteção) contra o risco nas negociações com o exterior, sofreu paradoxalmente uma drástica transformação num mercado especulativo que envolve trilhões de dólares.

O capital fictício do crédito governamental e o capital fictício da especulação comercial estão entrelaçados, as dívidas de um setor são “pagas” com as dívidas do outro, e o crescimento simulado alimenta a própria simulação. O índice Dow Jones, o termômetro da Bolsa de Nova York, o qual atinge marcas históricas superiores a 10.000 pontos,<sup>4</sup> tem sido visto com desconfiança até mesmo pelo Fed, o Banco Central Americano. Em dezembro de 1996, comentando a já ascensão vertiginosa do índice na época, o presidente do Fed, Alan Greenspan fez uma afirmação que a economia norte-americana exibiu uma “exuberância irracional”.<sup>5</sup> Apesar do impacto da declaração, a euforia aumentou ainda mais desde então. Num balanço real, sem valores fictícios, todos os países do mundo testemunhariam um colapso financeiro de seus empreendimentos como ocorreu em 1929. O desmoronamento desse edifício global parece inevitável. Nos EUA, por exemplo, as pessoas consomem não com seu salário real, mas sim com o capital especulativo. Recentemente, o presidente do Fed voltou a alertar que a taxa de poupança interna dos EUA não só baixou, como passou a ser negativa. “O aumento dos preços das ações

---

4. O índice Dow Jones, desde sua criação em 1900, precisou de 66 anos para alcançar o nível de mil pontos. Precisou mais 16 anos até que estes mil pontos fossem ultrapassados em definitivo. Desde o início da nova “economia do faz de conta”, ele não parou mais de subir: em 1995, já batia os 4.000 pontos - em 13 anos, portanto, quadruplicou o volume alcançado nos 82 anos anteriores. Em 1996 chegou a 6.000 pontos, em julho de 1997, 8.000 pontos; em abril de 1998, 9.000 pontos e, em abril de 1999, a 11.000 pontos (Kurz, Robert. *Capitalismo nas Estrelas*. São Paulo, Folha de S.Paulo, 7 nov 99. Cad.5, p.8).

5. Diego, Marcelo. “Crash”, 70, *Encontra Bolsa Precavida*. São Paulo, Folha de S.Paulo, 29 ago 99, Cad.2, p.8.

explica possivelmente 85% dos motivos que fazem os norte-americanos se sentirem mais ricos e dispostos a gastar mais em carros, aplicações e todo tipo de bens de consumo", disse Greenspan.<sup>6</sup>

Nos últimos anos as ações das empresas americanas foram expandidas até alcançar preços irrealistas, principalmente aquelas que exploram o "e-commerce" via Internet. É algo do qual participa não só a camada mais alta, como também muitos trabalhadores de classe média. Essa elevação fictícia, no valor das ações, serve como garantia as pessoas contraírem mais empréstimos e se endividarem cada vez mais. É provável que toda esta conjuntura irá explodir um dia quando o valor das ações despencarem. Ninguém deve se surpreender se o capítulo final da história da globalização dos anos 90, na vida real, for um crash em Wall Street, aparentemente para coincidir com o 70o. aniversário do drama de 1929. E aí o número de desempregos nos EUA, que é atualmente é muito baixo, irá aumentar consideravelmente. A crise do sistema monetário mundial indica que a criação de moeda sem substância, ou seja, sem lastro no trabalho produtivo, chegou a seu limite.

---

6. Folha de S.Paulo. *Greenspan Alerta contra Consumo Excessivo*. São Paulo, 26 mai 99, Cad.2, p.4.

## ***PARTE IV***

### ***Alternativas para Minimizar o Problema***



## *Capítulo 9*

### *Redução da Jornada de Trabalho*

O tema da redução da jornada de trabalho é polêmico. A relação entre redução da jornada e criação de empregos está longe de ser um consenso. Os que apoiam as propostas de redução da jornada argumentam que a iniciativa é importante como fator de humanização do trabalho, mas reconhecem que elas têm produzido pouco efeito sobre o nível de empregos. Isto porque as empresas se utilizam de vários mecanismos para suprir a demanda de mão-de-obra como utilização intensiva de horas extraordinárias, racionalização das atividades e investimentos em tecnologia.

O ponto mais crítico que envolve a questão da redução da jornada de trabalho refere-se à disputa dos salários. Para uma empresa, o custo de operação resulta da soma dos custos do capital e do trabalho. Se a redução do trabalho implicar na diminuição proporcional dos turnos de operação, poderá haver diminuição do volume de produção de bens e serviços e aumento dos custos. Portanto, os empregadores exigem a diminuição dos salários proporcional à redução do trabalho; os trabalhadores, por sua vez, não aceitam qualquer perda.

Quando a redução da jornada é acompanhada de perda salarial, a massa dos salários diminui e provoca redução do consumo, afetando negativamente a demanda das empresas. Pensando apenas em termos de custos, a diminuição dos salários traz vantagens para as empresas, mas não para os trabalhadores. Se no curto prazo a redução da jornada, com manutenção dos salários, eleva os custos e provoca efeitos sobre a rentabilidade e a competitividade das empresas, este efeito negativo é normalmente compensado por mudanças organizacionais que resultam em ganhos de produtividade no longo prazo.

Polêmica ou não, alguns governos insistem em utilizar o mecanismo de redução de jornada de trabalho, das 40 horas semanais, hoje mais ou menos padrão, para 35 horas (ou até 32 horas, em certos países), como tentativa de reduzir o problema do desemprego estrutural. A França planeja implantar jornada de 35 horas a partir do ano 2000, posição isolada em relação aos demais países da União Européia. O governo socialista francês conseguiu, em 13 de junho de 1998, a aprovação da Lei



Aubry que reduz a jornada legal de trabalho semanal de 39 para 35 horas. O objetivo da lei é favorecer a geração de 500 mil empregos. A partir de janeiro de 2000, a jornada de 35 horas será obrigatória para todas as empresas com mais de 20 funcionários. As pequenas empresas e o setor público têm até o ano 2002 para adotar a medida.<sup>1</sup>

Por enquanto, as 35 horas semanais de trabalho parecem confinadas a poucos exemplos entre as grandes empresas. Um deles é o da Volkswagen alemã. Pressionada por prejuízos, em 1993, a empresa propôs (e os trabalhadores aceitaram) reduzir a jornada para 28,8 horas semanais (diminuição de 20%), com corte salarial menor (15%), a partir de 1994. A alternativa era dispensar 30 mil dos 128 mil trabalhadores das dez unidades existentes na Alemanha. A Siemens, a maior empregadora alemã, com 197 mil funcionários, seguiu a tendência, mas num segmento mais limitado: o acordo com o sindicato permitiu que os empregados de 55 anos ou mais reduzissem à metade a jornada de trabalho, com corte salarial de apenas 18%.<sup>2</sup> São dois casos poderosos, em função do porte das alternativas envolvidas.

Aqui no Brasil, no final de 1998, um acordo entre a Volkswagen brasileira e os Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC e de Taubaté evitou a demissão de 7.500 funcionários. A semana de trabalho foi reduzida para quatro dias. Os salários acabaram reduzidos em 15%, enquanto o 13o. salário e a participação nos resultados, estipulada em 2.100 reais, foram divididos em 12 parcelas.<sup>3</sup> Antes a Volks já havia adotado o banco de horas na tentativa de adaptar a produção ao número de horas trabalhadas. Na história do sindicalismo brasileiro, a Ford foi a pioneira neste tipo de acordo. Em 1995, a empresa e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fecharam um acordo inédito implantando a jornada de trabalho flexível, na qual a semana de trabalho de seus 8.000 funcionários seria reduzida em duas horas. O objetivo foi evitar a demissão de 1.282 trabalhadores.<sup>4</sup>

---

1. Folha de S.Paulo. *França Reduz Jornada de Trabalho*. São Paulo, 2 mai 99, Cad.2, p.11.

2. Folha de S.Paulo. *O Colapso do Trabalho*. São Paulo, 1 mai 98, Suplemento Especial, p.5.

3. Vassallo, Cláudia. *Trabalhismo: Chega de Burocracia*. São Paulo, EXAME, 19 mai 99, p.126.

4. O Estado de São Paulo. *Ford Abre Era Jornada de Trabalho Flexível*. São Paulo, 26 out 95, Cad.Economia, p.12.

Uma vertente menos polêmica da redução da jornada de trabalho é o trabalho em tempo parcial, com salário proporcional. A idéia é menos polêmica porque implica a aceitação do empregado, que se dispõe a ganhar menos para ter mais tempo livre disponível. Em países como Austrália, Reino Unido e Japão, os contratos especiais de tempo flexível e parcial de trabalho já representam mais de 20% do total de empregos.<sup>5</sup> A proposta das 35 horas semanais ganhou força a partir de dados impressionantes sobre como a indústria, no mundo todo, faz hoje muito mais produtos com muito menos gente. A Volkswagen alemã, para ficar num só exemplo, fabricou em 1996 4 milhões de veículos com 243 mil funcionários. Quatro anos antes, 280 mil trabalhadores faziam apenas 3 milhões de unidades.<sup>6</sup> A redução da jornada de trabalho poderia causar um impacto maior nos índices de emprego, especialmente se fosse generalizada para todo o setor, evitando que a classe empresarial recusasse a proposta através do argumento da perda de competitividade. Paralelamente, uma política de desestímulo ao pagamento de horas extras minimizaria as tentativas de sabotar o processo de redução da jornada. Para assegurar a demanda por produtos e serviços, seria preciso aumentar ou manter os níveis salariais, proposta que naturalmente sofreria oposição do empresariado, mas que poderia ser contornada através da negociação de um salário menor e a contrapartida em participação nos lucros.

Os empresários relutam em aceitar a idéia de pagar os mesmos salários por menos tempo de trabalho. Por outro lado, vêem com bons olhos a tendência atual de se usar a força de trabalho temporária, sem vínculos empregatícios e, portanto, sem ônus trabalhistas. Mas reconhecem que essa tendência tem dois inconvenientes. O primeiro é que a força de trabalho marginalizada pelo desemprego, pelo trabalho temporário ou por baixa remuneração, diminui a capacidade de consumo de toda a sociedade. Isso significa, no limite, menos negócios, economia estagnada, menos lucros para as empresas. O segundo é que a diminuição do número de empregados com vínculos trabalhistas com as empresas para as quais trabalham coloca em risco a principal fonte de capital para investimento no mundo: os fundos de pensão que, atualmente, somam mais de 4 trilhões de dólares somente nos EUA.<sup>7</sup>

---

5. Vassallo, Cláudia. *Trabalhismo: Chega de Burocracia*. São Paulo, EXAME, 19 mai 99, p.114.

6. Folha de S.Paulo. *O Colapso do Trabalho*. São Paulo, 1 mai 98. Suplemento Especial, p.5.

7. Rifkin, Jeremy. *The End of Work*. New York, G.P.Putnam's Sons 1995, p.228.

## *Capítulo 10*

### *Outras “Receitas”*

Os economistas reconhecem que não existem fórmulas mágicas para acabar com o desemprego estrutural, mas cada corrente ideológica tem suas “receitas” para minimizar o problema. A corrente neoliberal entende que “flexibilização” é a palavra-chave. Eles pregam a flexibilização da legislação para permitir o trabalho em tempo parcial, o trabalho por tarefas, o teletrabalho e novas categorias de ocupação. Como o emprego estável virou relíquia do passado, os neoliberais defendem que o trabalho sobreviva de ocupações temporárias, abrindo mão de certos direitos (como horas extras e férias, por exemplo). Como essas atividades estarão sempre mudando, esses economistas defendem grandes investimentos em treinamento para requalificar os trabalhadores. Os críticos do neoliberalismo argumentam que os empregos criados são de baixa qualificação.

Os economistas de esquerda defendem a realização de grandes obras de infra-estrutura (saneamento, abertura de estradas, construção de açudes etc.) e maiores investimentos em educação e saúde. A hipótese é que essas atividades absorveriam mão-de-obra em curto prazo. O problema é que são poucas as experiências com frentes de trabalho em áreas de urbanas, onde o desemprego é maior.<sup>1</sup> Neoliberais atacam essa proposta com o argumento de que o investimento em obras endividaria ainda mais o Estado, anulando o eventual impacto positivo que haveria no nível do emprego.

Os defensores do Terceiro Setor (organizações sem fins lucrativos) propõem que governos, empresas e cidadãos aumentem as atividades das ONGs que prestariam assistência aos excluídos. No próximo Capítulo vamos explorar o potencial do Terceiro Setor na geração de empregos.

---

1. Recentemente, a Prefeitura de São Paulo, lançou um programa inédito de frentes de trabalho para 10 mil desempregados, os quais receberão um salário mínimo mensal de 136 reais, por um período de seis meses, para trabalhar na conservação e limpeza de ruas e serviços burocráticos. A prefeitura recebeu 50 mil inscrições. O governo do Estado, por seu turno, lançou programa idêntico para 50 mil desempregados que receberão salário de 150 reais por mês e ainda freqüentarão cursos de qualificação profissional. Cerca de 400 mil inscreveram-se às vagas. (Folha de S.Paulo. *Frentes de Trabalho têm 400 mil Inscritos*, São Paulo, 9 jun 99, Cad.2, p.4).

## Capítulo 11

### *O Terceiro Setor: A Grande Esperança*

O Terceiro Setor, formado por grupos organizados da sociedade civil como as ONGs, fundações e associações que não visam lucro, se fosse considerado uma economia independente, ocuparia a oitava posição no ranking das maiores do planeta. As entidades beneficentes movimentaram US\$1,08 trilhão no mundo em 1995.<sup>1</sup> E isto sem contar as instituições filantrópicas religiosas. Nos EUA existem mais de 1,4 milhões de organizações sem fins lucrativos, com ativos superiores a 500 bilhões de dólares, empregam 9% do total da força de trabalho e contribuem com 6% do PIB. Em 1991, 51% da população adulta dos EUA já doava algum tempo voluntário para essas organizações (na média, quatro horas por semana). Esse tempo seria suficiente para empregar 9 milhões de pessoas *full time*.<sup>2</sup> No Brasil, as 400 maiores entidades filantrópicas já contam com 52 mil funcionários e investiram, somente no ano passado, a quantia de 1,7 bilhão de reais nos mais diversos tipos de atividades sociais. A Fundação Bradesco, que atua na área de educação e tem quase 100 mil alunos, investiu 207,8 milhões de reais em 1998. Não há dados oficiais, mas estima-se que existam atualmente no Brasil, no mínimo 250 mil organizações do Terceiro Setor, movimentando recursos que giram em torno de 0,5% do PIB, quando o ideal seria 5%.<sup>3</sup>

Os números em si explicam porque o Terceiro Setor é a grande esperança para se combater eficazmente o problema do desemprego estrutural. Através da adoção de um modelo de economia social, todos seriam chamados a financiar recursos de forma obrigatória ao setor governamental (impostos e taxas) e voluntária ao Terceiro Setor (doações e contribuições).<sup>4</sup> Esses dois setores, atuando em parceria, ampliariam substancialmente suas ações na melhoria da qualidade de vida da sociedade. O Terceiro Setor absorveria o tempo ocioso da população economicamente ativa e a força

---

1. Folha de S.Paulo. *Profissão: Solidário*. São Paulo, 18 set 99, Suplemento Especial, p.3.

2. Rifkin, Jeremy. *The End of Work*. New York, G.P.Putnam's Sons 1995, p.241.

3. Gazeta Mercantil. *Terceiro Setor Espera Retomar Crescimento*. São Paulo, 18 mai 99, p.A7.

4. O termo *economia social* foi introduzido por cientistas franceses na década de 80 para procurar esclarecer a distinção entre o terceiro setor e a economia de intercâmbio de mercado (Rifkin, Jeremy. *The End of Work*. New York, G.P.Putnam's Sons 1995, p.242).

de trabalho dos desempregados por meio da prestação de serviços sociais. Os empregados seriam estimulados a doarem seu tempo livre através de incentivos fiscais, como dedução do imposto de renda, por exemplo. Com os recursos arrecadados pelos impostos e taxas, o governo pagaria um "salário social" aos desempregados que se dispusessem a ajudar a comunidade. A sociedade lucraria com o aumento dos investimentos em saúde, educação, cultura, preservação do meio ambiente e diminuição da marginalidade e da violência. Com mais pessoas empregadas e mais investimentos em pesquisa e educação, as empresas teriam mais consumidores e trabalhadores qualificados. Entraríamos num círculo virtuoso.

## ***PARTE V***

### ***Epílogo***

## *Capítulo 12*

### *O Fim do Antigo Modelo de Emprego*

Às vésperas do século XXI, os empregos, pelo menos na forma como estamos acostumados a vê-los, estão fadados ao desaparecimento. A visão do emprego com a qual fomos educados - obrigações, horários, salários treze vezes por ano, férias, plano de carreira e no final, aposentadoria - é um conceito do passado que está mudando radicalmente. Como há um século, a exemplo do que sentiram os artesãos à época da Primeira Revolução Industrial, chegamos a um ponto em que as pressuposições sobre a vida e o trabalho, com as quais crescemos, estão sendo contestadas.

As transformações já estão ocorrendo com muita intensidade há muitos anos nos EUA e Europa e se espalhando rapidamente pelo resto do mundo. Eliminação de níveis hierárquicos, aumento do emprego temporário, fuga dos contratos de longo prazo, jornadas em tempo parcial e uso intensivo da subcontratação, são alguns exemplos dessas mudanças. A tecnologia, aliada a outros fatores abordados anteriormente, tem sua participação nisso tudo com as máquinas substituindo o trabalho humano. Em todos os níveis da sociedade, em muitas partes do mundo, as pessoas estão improvisando formas de ganhar a vida que não se ajustam mais ao modelo econômico atual. A Manpower, por exemplo, a maior agência de empregos temporários dos EUA, é atualmente o maior empregador individual do país com mais de 560 mil trabalhadores.<sup>1</sup>

Os setores mais afetados por estas mudanças estruturais são a eletrônica, informática, telecomunicações, moda e entretenimento. O que essas indústrias têm em comum é o seu dinamismo. Como as mudanças são fator-chave e costumam ocorrer com grande rapidez, elas necessitam de enorme flexibilidade. "A flexibilidade externa procura traduzir para a gestão do pessoal o que representa o método do *just in time* na gestão de estoques. Trata-se de evitar estoques de mão-de-obra sem utilidade imediata", comenta o economista Paul Singer.<sup>2</sup>

---

1. Rifkin, Jeremy. *The End of Work*. New York, G.P.Putnam's Sons 1995, p.190.

2. Singer, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnósticos e Alternativas*. São Paulo, Contexto 1998, p.25.

Dentro das organizações, as funções de processamento de dados e recursos humanos, além das já tradicionais serviços de segurança, limpeza, médico, jurídico entre outras, são as que vêm sendo terceirizadas com maior frequência. Por outro lado, a áreas de produção e tecnologia vêm, proporcionalmente, eliminando muito mais postos de trabalho.

O efeito colateral desse processo de terceirização de mão-de-obra é o risco da perda de valores corporativos à medida que os antigos funcionários, agora fornecedores externos, não manterão mais vínculos tão estreitos com as organizações. Muitas empresas que se utilizam intensivamente da subcontratação ou mão-de-obra temporária incorrerão em grande perda de identidade. As bem sucedidas serão aquelas que reaprenderem novas formas de gestão, de organização e de recrutamento de pessoal. Antes as empresas exigiam lealdade em troca de estabilidade e segurança. Agora estão tentando criar novos laços de comprometimento, com algumas diferenças em relação ao antigo conceito de lealdade.

Outra mudança significativa que vem sendo observada, principalmente na última década, diz respeito à prática, cada vez mais comum, das empresas utilizarem o *telecommuting*, ou seja, manter seus funcionários em casa como medida de economia de espaço (e custos) de escritório. Estas empresas foram obrigadas a desenvolver todo um novo sistema de medição de desempenho baseado em avaliação de resultados, ou seja, de trabalho concluído. Já que não existe mais a oportunidade dos funcionários se encontrarem todos os dias, as empresas promovem encontros ocasionais para sustentação de algum espírito de equipe e preservar os valores da corporação.

Os especialistas organizacionais e os economistas estão certos quando afirmam que estas mudanças estão chegando para ficar, queiramos ou não. As empresas, entretanto, ainda estão tentando descobrir qual a melhor maneira de descrever esse novo modelo de relações do trabalho em que os cargos fixos tornaram-se papéis flexíveis, que não podem mais ser listados em termos de “deveres” (que são estabelecidos), mas somente por relações com outras partes do sistema (que têm a possibilidade de mudar). As descrições de cargo, e a “mentalidade de emprego” que criam na cabeça das pessoas, tornam difíceis para as organizações responderem de modo rápido às ameaças e oportunidades de um mercado em constante mutação. Embora muitas empresas reconheçam que as descrições de cargo não



fazem mais sentido por não oferecerem a noção exata de como os empregados serão envolvidos na atividade organizacional, elas ainda as utilizam para contratar e fixar níveis salariais, o que, de certa forma, aumenta o risco de ações judiciais por descumprimento dos termos do contrato.

As novas regras ainda estão evoluindo e sendo aplicadas em algumas partes da economia mais rapidamente do que em outras. Elas implicam no fim dos empregos, na forma como os conhecemos, e definem uma nova abordagem ao trabalho e um plano de carreira que poucos compreendem. Ainda é cedo para avaliarmos as conseqüências dessas transformações ou simplesmente para descartá-las como boas ou más. Mesmo assim, não se pode negar que estejam ocorrendo e que provocarão mudanças sociais profundas, causando grande sofrimento para os trabalhadores e suas famílias. A menos que possamos começar logo a reeducar nossa força de trabalho para as novas expectativas e realidades econômicas que as modelaram, estamos nos arriscando a passar muitas décadas no caos econômico que prejudicará nossas organizações e devastará várias gerações de trabalhadores. No próximo Capítulo abordaremos os grandes desafios dos trabalhadores para conviverem neste novo cenário de angústia e incertezas.

## **Capítulo 13**

### ***O Trabalhador do Futuro***

A noção de que um diploma universitário garanta a estabilidade no emprego está definitivamente ultrapassada. O modelo educacional sempre foi orientado pela produção de uma hierarquia de diplomas. Finalizada a última etapa, a universidade, o trabalhador ficaria no emprego, se quisesse, até a aposentadoria. O desemprego era visto como uma anomalia, um acidente de percurso e atingia, em essência, as camadas mais pobres, dificilmente o portador de um diploma de ensino superior.

Atualmente, o que se tem observado é um quadro preocupante. Nunca tantas atividades e conteúdos profissionais desapareceram com tamanha rapidez, principalmente nas últimas duas décadas. A crescente informalização das relações de trabalho está agora afetando também trabalhadores qualificados e antigos empregados com grau universitário. As chances de se manter no emprego com o que aprendemos na faculdade é, atualmente, próxima a zero, assim como está em vias de extinção a possibilidade de prosperidade salarial sem uma aprendizagem permanente. A crescente pressão competitiva, movida pela globalização e inovações tecnológicas num ritmo jamais visto, tornou indiferenciados os limites entre educação e trabalho. Essa indiferenciação produziu o conceito vital de produção de conhecimento, transformado em uma meta educacional: a aprendizagem permanente (*lifelong learning*). A noção de empregabilidade (do inglês, *employability*) está diretamente associada à aprendizagem constante: as habilidades necessárias para se manter competitivo, acompanhando as tendências do mercado de trabalho. A questão central é como a escola tradicional se adaptará a este ritmo alucinante. A escola que estiver preparando o estudante apenas para memorizar informações, estará criando um candidato ao desemprego.

Com as novas tecnologias, o acesso à informação foi vulgarizado. Já foi até criado um computador de pulso dando acesso a Internet. A memorização não deve ser desprezada, é parte do processo de aprendizagem. Mas há uma diferença essencial entre informação e conhecimento. O conhecimento é feito de informação, como uma casa é feita de tijolos. O erro é quando os testes medem quantos tijolos o estudante carregou e não o desenho que ele é capaz de fazer. O papel da escola é formar indivíduos que sejam aprendizes permanentes, convencidos de que devem continuar estudando

enquanto estiverem trabalhando. A escola deve treinar o aluno a navegar na abundância de dados disponíveis, encarando-os de forma crítica, ou seja, transformar a informação em conhecimento. Aqui está a base da educação do futuro: empresas valorizando o funcionário criativo, flexível, capaz de se adaptar rapidamente às mudanças. Apenas reproduzir mecanicamente informação, isso o computador faz melhor e mais rápido. A intuição, até pouco tempo, era o que chamávamos de *feeling*, hoje é vista como uma das mais sofisticadas formas de obtenção de conhecimento, algo que as máquinas estão longe de chegar perto. Ainda assim, elas tornaram-se surpreendentemente inteligentes e baratas, passando a fazer o que antes era feito pelos trabalhadores, transformando-se em seus concorrentes.

Os dias de oferta de emprego em massa para trabalhadores não qualificados ou com pouca qualificação acabaram. Isso não quer dizer que, da noite para o dia, os cidadãos não qualificados ficarão sem o que fazer. Em todos os países ainda há uma proporção expressiva destes trabalhadores. Mas está em curso uma rápida modificação nessas profissões, em direção a mais educação. Algumas profissões são pressionadas mais do que outras, mas quase todas estão requerendo aprendizagem constante.

As novas tecnologias permitem inúmeras mudanças nos modos de produzir, o que, por sua vez, exige trabalhadores mais alertas, com boa dose de bom senso e capazes de transferir conhecimentos de uma área para outra. Os profissionais terão de dominar uma grande gama de conhecimentos, não só de seu ofício, mas também de áreas correlatas. É a era da polivalência. Daí porque as descrições tradicionais de cargos já não mais satisfazerem às exigências das novas relações de trabalho.

No mercado do futuro, tenderão a declinar as profissões que independem de contatos com outras pessoas, e a crescer as que envolvem interações entre profissionais e clientes. As modificações na composição setorial deverão prosseguir. Na agricultura, prevê-se um forte declínio das profissões manuais e aumento das que dominam as tecnologias mecânicas, químicas e biológicas. Na indústria, prenuncia-se a revolução das profissões que envolvem atividades repetitivas, que usam a força muscular, e um crescimento das que utilizam a força cerebral (engenheiros, administradores, financistas e técnicos). No setor comercial, deverão aumentar as que trabalham no comércio eletrônico - promoção e realização de vendas, serviços de entregas e assistência a clientes. Nos

serviços, crescerá a demanda pelas profissões ligadas à saúde, educação, viagens, hospedagem, alimentação, entretenimento, seguros, administração, importação e exportação e atividades financeiras em instituições não-bancárias.

No futuro, o mundo do trabalho será permeado por um grande número de profissionais autônomos. Assim como a Revolução Industrial acabou com o trabalho escravo, a Era da Informação acabará com o emprego em massa, assalariado. Os empregos serão poucos e deles se ocupará apenas uma pequena e bem paga elite do conhecimento formada por "analistas simbólicos"<sup>1</sup>, o que exclui os milhares de desempregados com baixa qualificação. O trabalhador do futuro deverá ser capaz de ver o mundo como um mercado e enxergar as pessoas à sua volta como clientes que precisam de produtos e serviços. Deve-se, portanto, preocupar-se com qualidade, inovação, oferecer uma relação custo-benefício competitiva e, claro, ter bom apelo de marketing. Será também preciso desenvolver um senso muito mais aguçado do que tinha sobre o que se pode oferecer a um cliente. Este trabalhador precisa pensar na vida e na carreira como se estivesse administrando um pequeno negócio próprio.

---

1. Em seu livro *The Work of Nations*, Robert Reich divide as funções do futuro em três categorias: serviços rotineiros de produção, serviços pessoais e serviços simbólicos analíticos. A categoria dos serviços simbólicos analíticos abrange as atividades voltadas para a identificação e solução de problemas e promoção estratégica de vendas. Essas atividades serão exercidas pelos analistas simbólicos, que incluem pesquisadores, engenheiros, arquitetos, advogados, consultores, biotecnólogos, diretores de arte, escritores, jornalistas, músicos, produtores de televisão e cinema, financistas entre outros (Reich, Robert B. *The Work of Nations*. New York, Vintage Books 1992, pp.174-177).

## *Capítulo 14*

### *O Novo Papel dos Sindicatos*

O movimento sindical em todo mundo está perdendo espaço, grande parte devido à globalização dos mercados. O grande capital multinacional simplesmente abandonou o campo de batalha e se transferiu para países em que a debilidade do movimento operário lhe oferece plena liberdade de reformular as relações de produção de acordo com seus interesses. Nos EUA, por exemplo, nos anos 50, 35% dos trabalhadores eram sindicalizados, atualmente apenas 14,5%.<sup>1</sup> No Brasil, não é diferente. O sindicalismo brasileiro nascido em 78, com as grandes greves no ABC paulista, está transformado. A abertura da economia às importações e as novas tecnologias e formas de gestão empresarial trouxeram muitas mudanças. No final dos anos 70 e durante toda a década de 80, a preocupação dos sindicatos era com os salários. Tentava-se predominantemente repor as perdas com a inflação alta e com a manipulação dos índices oficiais. No final dos anos 70, era o governo quem reconhecia o direito de o sindicato existir ou não. A partir da Constituição de 88, os sindicatos passaram a ser criados livremente, mas ainda com amarras - só é permitida a existência de uma entidade por categoria profissional em uma determinada região.

Nos EUA, cerca de 85% dos contratos de trabalhos são negociados individualmente.<sup>2</sup> No meio sindical americano, impera a livre concorrência. É o trabalhador quem decide se vai se filiar e a quem e qual entidade defenderá seus interesses da forma mais eficiente. No Brasil, ao contrário, os trabalhadores não têm liberdade para escolher seus representantes. Cada um dos cerca de 20.000 sindicatos existentes no país domina uma categoria, em determinada região e recebe dela contribuições obrigatórias.<sup>3</sup> Grande parte deles não são representativos e estão totalmente despreparados para a negociação. Existem, basicamente, para recolher a contribuição sindical anual. Com a abertura das importações, as empresas foram forçadas a aumentar a produtividade, adotar novas formas de produção, organização e programas de qualidade total, sob o risco de desaparecer. A estratégia anterior do movimento sindical era considerar apenas as possibilidades de “maximizar” as

---

1. Folha de S.Paulo. *Globalização Alveja Sindicatos dos EUA*. São Paulo, 8 jun 97, Cad.2, p.11.

2. Vassallo, Cláudia. *Trabalhismo: Chega de Burocracia*. São Paulo, EXAME, 19 mai 99, p.118.

3. Ibid., p.125.

vantagens para os trabalhadores, sem se preocupar com a competitividade das empresas. Um exemplo de como isto tudo mudou é a câmara setorial automotiva, cujo acordo previa metas de produção, emprego, salários e redução de preços dos produtos, procurando estimular as vendas. Os empresários, por sua vez, também mudaram e amadureceram suas relações com os sindicatos. Antigamente tudo era radicalismo, confronto. A negociação não existia. Os empresários iam à Justiça e os trabalhadores à greve. Hoje há uma busca para se chegar ao acordo. Propostas como redução da jornada de trabalho com redução de salários, flexibilização da jornada, contrato por tempo determinado e redução dos encargos eram consideradas “empresariais” por muito tempo. Hoje, porém, elas são defendidas por alguns sindicalistas e até aprovadas em assembleias. Tudo isso mostra amadurecimento do movimento sindical para enfrentar o momento difícil que atravessa os trabalhadores em todo o mundo, com o capital se sobrepondo ao trabalho. À medida que os empregos desaparecem, nenhuma instituição tem mais a ganhar (ou perder), mais maneiras para ajudar os trabalhadores (ou prejudicá-los), nenhuma chance maior de evolução (ou extinção), do que os sindicatos dos trabalhadores.

O novo papel dos sindicatos neste ambiente de profundas mudanças nas relações de trabalho deve concentrar-se no abandono da defesa do antigo modelo de emprego e das descrições tradicionais de cargos. Conforme abordado no Capítulo anterior, os trabalhadores de amanhã vão basear-se mais no “ofício” do que nos empregos. Vão parecer mais pessoas de negócios independentes que empregados convencionais. Este novo tipo de trabalhador não será um membro do proletariado ou da classe trabalhista, ou mesmo um trabalhador horista de determinada indústria. Será uma pessoa sem nenhuma identidade de emprego fixo. Ela necessitará das informações e oportunidades de aprendizagem que uma aliança com outros trabalhadores da mesma categoria poderá oferecer. Os sindicatos do futuro serão instituições educacionais às quais os trabalhadores se voltarão quando as exigências de seu trabalho lhes apresentarem algo que precisem aprender mais a respeito. Eles também serão fontes de assistência consultiva oferecendo grande parte de seus serviços *on-line*. Serão cooperativas em que os trabalhadores mais jovens poderão ser aprendizes dos mais experientes e onde encontrarão uma boa rede de contatos comerciais e profissionais. Em suma, os sindicatos de hoje precisam ser reinventados, caso contrário, continuarão a perder seus membros como também não descobrirão qual sua verdadeira vocação.

## *Capítulo 15*

### *Conclusão*

As inovações tecnológicas desencadeadas a partir da Primeira Revolução Industrial eram vistas como uma esperança para a humanidade, no sentido de liberar o homem do trabalho monótono, repetitivo e fisicamente penoso. O trabalhador seria substituído pelas máquinas e passaria a exercer tarefas criativas e estimulantes. Sobraria mais tempo para o lazer, a cultura, a vida familiar e social. Infelizmente, o avanço tecnológico, cada vez mais acelerado, combinado com a globalização da economia, trouxe o efeito perverso do desemprego em massa, o chamado desemprego estrutural. A produção, que antes necessitava de milhares de pessoas, hoje se efetua com centenas e, em muitos casos, dezenas de trabalhadores. Este ganho de produtividade trazido pelas máquinas, ao invés de elevar os níveis de demanda e abrir novos mercados para absorver a superprodução de bens e serviços, paradoxalmente, vem gerando cada vez mais desemprego. E mais desemprego significa menos consumo, menos produção, menos impostos, mais gente na rua e mais miséria, num terrível círculo vicioso.

O setor de serviços, que teoricamente absorveria a mão-de-obra excedente da produção, está seguindo o mesmo caminho, ou seja, incorporando técnicas que produzem serviços cada vez mais eficientes e automatizados. O setor de lazer, que também se beneficiaria da diminuição das jornadas de trabalho, embora crescendo, já não se mostra capaz de gerar empregos, pois está procurando aumentar sua produtividade, diminuindo custos e absorvendo novas tecnologias. O argumento de que com as novas tecnologias, produtos e serviços ainda não concebidos abrirão oportunidades de negócios e empregos à milhões de pessoas é equivocado, pois a tendência é que tais produtos e serviços se utilizem cada vez mais dos recursos da automação o que, por sua vez, exigirão bem menos trabalhadores nas linhas de montagens. Portanto, não acrescentarão números expressivos de novos empregos.

Mais ingenuidade ainda é achar que os milhões de trabalhadores desalojados pelos processos de reengenharia e automação possam ser retreinados para se tornarem "analistas simbólicos" e, numa fase seguinte, retornarem ao mercado de trabalho e reencontrarem o número correspondente de



oportunidades num setor muito restrito da alta tecnologia. Alguns especialistas já começam até a admitir que investir em educação está longe de ser uma condição de empregabilidade. O acesso à educação ampliou-se brutalmente nos EUA, enquanto as desigualdades de renda continuaram aumentando e a qualidade dos empregos piorou para contingentes significativos da população. Em países menos desenvolvidos, como o Brasil, de baixa escolaridade e mão-de-obra desqualificada, a ponte entre a educação e trabalho é ainda mais estreita.

O desemprego está crescendo até mesmo em países que experimentam aumento do produto interno bruto. As ondas de fusões e aquisições, tão comuns nos dias de hoje, deixam um “rastro de sangue” impressionante: as demissões são anunciadas sempre na casa dos milhares. Desesperados, os desempregados acabam se envolvendo em atividades que exploram o crime e a violência como alternativa de sobrevivência ou ainda, buscam refúgio em movimentos políticos extremistas e religiosos que prometem restaurar a ordem pública e devolver-lhes seus empregos. O aumento do desemprego provoca a exacerbação dos conflitos e a deterioração da qualidade de vida que, mais cedo ou mais tarde, atingirá a todos. Pelo rumo que as coisas estão tomando, num futuro bem próximo será preciso construir prisões para os ricos e para os pobres. Os ricos, cercados de muros altos, segurança eletrônica e guarda-costas. E os pobres, nas favelas e nas prisões. De fato, o mundo vive uma crise do trabalho que tem potencial para causar uma convulsão social duradoura.

Diante deste cenário nada otimista, a pergunta que fica é de onde virão os empregos para os excluídos da nova aldeia global de alta tecnologia e para o grande número de jovens que ingressam no mercado de trabalho? A verdade é que não existem respostas definitivas para solucionar o problema do desemprego estrutural. Líderes mundiais e governos não sabem como amenizar o impacto de uma Terceira Revolução Industrial que está se abatendo sobre setores inteiros, achatando hierarquias corporativas e substituindo trabalhadores por máquinas em centenas de funções.

Entre as poucas alternativas para amenizar o problema, a redução da jornada de trabalho vem sendo adotada em alguns países, Brasil inclusive, ainda que de forma embrionária. Dentro do conceito de redistribuição do trabalho, a idéia é interessante por favorecer a abertura de novas vagas, mas os resultados não têm sido muito animadores. A globalização do capital, por sua vez, enfraqueceu o



movimento operário a ponto deste se mostrar incapaz, não só de conquistar novas reduções de jornada, sem mexer nos salários, a exemplo das revoluções industriais anteriores, como também de impor o cumprimento da legislação do trabalho em vigor. Este e outros tipos de precarização do mercado divide o montante do trabalho economicamente compensador de forma cada vez mais desigual: enquanto uma parte dos trabalhadores trabalha mais por uma remuneração horária declinante, outra parte crescente deixa de poder trabalhar. Restituir ao Estado o papel de principal empregador não nos parece uma proposta eficaz por aumentar ainda mais a dívida pública e o déficit orçamentário que, como sabemos, são os grandes problemas dos governos na atualidade.

Ao que tudo indica, nem o Estado nem o mercado têm se mostrado capazes de combater o problema do desemprego estrutural. Uma saída viável seria a migração para um novo modelo de sistema econômico: a economia social. Ao contrário da economia de mercado, que se baseia exclusivamente na “produtividade” e, por isso, é receptiva à substituição do trabalho humano por máquinas, a economia social está mais centrada nas relações humanas. Por ser o único plano onde as máquinas não conseguem penetrar ou subordinar-se totalmente, será, por necessidade, o refúgio onde os trabalhadores deslocados da Terceira Revolução Industrial irão para encontrar o significado renovado e o objetivo na vida, depois que o valor de mercado de seu trabalho na economia formal tiver se tornado marginal ou sem valor. O setor público e o setor privado, juntamente com as ONGs, podem ser a única opção para criar um círculo virtuoso que alie geração de empregos e melhoria na condição de vida da sociedade. A economia social, portanto, torna-se a última esperança viável para o restabelecimento de uma estrutura institucional alternativa para uma civilização em transição. Uma coisa é certa: não podemos virar as costas a um problema que se agrava a cada dia. Governo e sociedade civil, de forma ousada e inovadora, devem tomar uma decisão política e investir coletivamente parte de nossos esforços e recursos, literalmente, pagar para que os desempregados possam trabalhar. O problema do desemprego estrutural não será combatido se deixarmos as decisões apenas à lógica do mercado. O modelo econômico atual, voltado para a busca do lucro a qualquer preço, é caótico. É um sistema que só beneficia poucos e em número cada vez menor.

Talvez chegou o momento até mesmo de rediscutir o que seja trabalho. Estamos habituados a chamar trabalho qualquer tipo de atividade produtiva. Esse conceito surgiu na história, juntamente com o

capitalismo. Mas é um conceito abstrato, porque não se trata apenas de o trabalhador produzir bens concretos para atender às suas necessidades. Essa atividade que se vê nas fábricas e nos escritórios pode ser um fim em si mesmo. É uma transformação de energia abstrata em dinheiro que é apenas um produto residual desse movimento de acumulação de capital. Embora a produção tenha potencial de sobra para garantir a todos moradia e comida, a maioria das pessoas vive na pobreza. Isso é prova de que o objetivo dessa produção não é a satisfação das necessidades. A concorrência frenética gera uma grave deterioração nos relacionamentos humanos e a Revolução da Microeletrônica representa um perigo para a sociedade por estar aliada a um sistema de produção que tende a criar cada vez mais desemprego.

Enfim, a crise do emprego que está aí não é um fenômeno passageiro; é muito mais profunda e complexa do que as que as antecederam nas revoluções industriais anteriores e, portanto, requer soluções heterodóxicas e revolucionárias. Precisamos de uma nova ordem social, novas leis e novos líderes. Ficar de braços cruzados esperando que as coisas se ajustem com o tempo seria negligenciar um problema que se constitui numa séria ameaça às próximas gerações e ao futuro da humanidade.

## ***APÊNDICES***

## *Como são Calculados os Índices de Desemprego no País*

Os três indicadores de desemprego mais importantes no Brasil são o da Pesquisa Mensal de Emprego (**PME**) do IBGE, o da Pesquisa de Emprego e Desemprego (**PED**) da Fundação Seade/Dieese e o da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), também do IBGE. Os dois primeiros têm maior visibilidade devido a sua abrangência (ambos investigam o desemprego em seis regiões metropolitanas) e periodicidade (mensal). O PNAD é a única medida nacional feita apenas anualmente, e sua divulgação normalmente ocorre com atraso superior a um ano em relação ao período pesquisado. A **PME** do IBGE, por ser feita por um órgão federal, é considerada a “taxa oficial”. Mas, devido a seu caráter restrito, não é utilizada por todos os economistas. Por diferenças de metodologia, seus resultados têm sido sistematicamente inferiores aos da **PED** da Fundação Seade do governo paulista, e do Dieese, instituição intersindical de estudos econômicos e sociais. O governo está estudando mudanças na **PME** de tal forma que as duas taxas tenham uma convergência maior no futuro.

### Metodologia utilizada na **PME**:

- Para o IBGE, a pessoa é classificada em três categorias: ocupada (trabalhando); desempregada (não trabalhando, mas procurando emprego); inativa (não trabalhando nem procurando emprego).
- Para classificar uma pessoa como “desempregada”, é perguntado se ela procurou emprego nos últimos 7 e/ou 30 dias, mas prioriza-se a análise dos 7 dias.
- O Instituto só mede o “desemprego aberto”. Se a pessoa não procurou emprego na última semana, é considerada “inativa” (inativo não é desempregado).
- Se a pessoa exerceu um trabalho eventual remunerado (pelo menos 1 hora) ou não-remunerado (pelo menos 15 horas), ela é classificada como ocupada.

### Metodologia utilizada na **PED**:

- Para classificar um “desempregado”, é perguntado se a pessoa procurou emprego nos últimos 7 e/ou 30 dias anteriores à entrevista, mas prioriza-se a análise dos 30 dias.
- Além das três categorias utilizadas pelo IBGE, o Seade/Dieese utiliza mais duas para medir as formas do chamado “desemprego oculto” (desalento e trabalho precário).
- O “desemprego oculto por desalento” ocorre quando a pessoa procurou emprego nos últimos 12 meses, mas desanimou nos últimos 30 dias.
- Se a pessoa exerceu apenas um trabalho eventual remunerado nos últimos 30 dias, ela é classificada na categoria de “desemprego oculto por trabalho precário”.

## *Os Encargos Sociais no Brasil*

O conceito de encargos sociais é polêmico. Tem origem na definição dos componentes dos custos do trabalho. Alguns concordam que o custo total do trabalho é formado por três categorias: 1) pagamento do tempo efetivamente trabalhado, 2) pagamento do tempo não-trabalhado (férias, feriados e o descanso semanal remunerado - DSR) e 3) benefícios sociais. Mas não há consenso sobre quais dessas despesas são os encargos sociais. Outros consideram encargos sociais o total das obrigações sociais e do tempo não-trabalhado; nesse caso, seriam 102,06% do custo das horas trabalhadas. Para outros, os encargos sociais são apenas os diretos: 35,80% do salário mensal.

<b>Encargos Sociais Básicos (horistas)</b>	<b>% Sobre o Salário</b>
<b>A - Obrigações Sociais</b>	
INSS e FGTS	28,00
Salário Educação, Sesi, Senai, Sebrae, Incra	5,80
Seguro Acidentes Trabalho (média)	2,00
Subtotal A	35,80
<b>B - Tempo não-trabalhado 1</b>	
DSR	18,91
Férias e Feriados	13,81
Abono Férias, Aviso Prévio e Auxílio-enfermidade	5,51
Subtotal B	38,23
<b>C - Tempo não-trabalhado 2</b>	
13o. Salário	10,91
Despesas com rescisão contratual	2,57
Subtotal C	13,48
<b>D - Reflexo dos itens anteriores</b>	
Incidência cumulativa grupo A e B	13,68
Incidência FGTS sobre 13o. Salário	0,87
Subtotal D	14,55
<b>Total Geral</b>	<b>102,06</b>

## ***Bibliografia***

- AITH, Márcio. *Brasil Ainda Tem Problemas*. São Paulo, Folha de S. Paulo, 7 mai 99.
- AMADEO, Edward. *Emprego: Não Legalizar a Precariedade*. São Paulo, FOLHA DE S. PAULO, 11 fev 96.
- ASSUMPÇÃO, João. *Globalização Alveja Sindicatos EUA.* São Paulo, FOLHA DE S. PAULO, 8 jun 97.
- BRIDGE, Willian. *A Vida Num Mundo Sem Empregos*, São Paulo, EXAME, 28 fev 96.
- BRIDGES, Willian. *Mudanças nas Relações de Trabalho*. São Paulo, Makron Books 1995, 269p.
- CAMARGO, Gustavo. *A Longo Prazo Estaremos Todos Mortos*. São Paulo, EXAME, 11 set 96.
- CASTANHEIRA, Joaquim. *A Reengenharia Contestada*. São Paulo, EXAME, 2 ago 95.
- DIEGO, Marcelo. "Crash", 70, *Encontra Bolsa Precavida*. São Paulo, Folha de S. Paulo, 29 ago 99, Cad.2, p.8.
- DORNBUSCH, Rudiger. *Wall Street. 1929: A História se Repete*. Folha de S. Paulo, 4 jul 99, Cad.1, p.3.
- EXAME. *Do Vapor ao Silício*. São Paulo, 16 jul 97.
- FOLHA DE S. PAULO. *Brasil "Exporta" 1,2 Milhão de Empregos*. São Paulo, 8 mar 99.
- FOLHA DE S. PAULO. *Definição de Encargo é Polêmica*. São Paulo, 4 fev 96.
- FOLHA DE S. PAULO. *Fim do Trabalho Encerra o Século*. São Paulo, 3 mar 96.
- FOLHA DE S. PAULO. *França Reduz Jornada para Criar Emprego*. São Paulo, 2 mai 99.
- FOLHA DE S. PAULO. *Frentes de Trabalho Têm 400 mil Inscritos*. São Paulo, 9 jun 99.
- FOLHA DE S. PAULO. *Globalização Alveja Sindicatos dos EUA*. São Paulo, 8 jun 97.
- FOLHA DE S. PAULO. *Globalização*. São Paulo, 2 nov 97.
- FOLHA DE S. PAULO. *Greenspan Alerta Contra Consumo Excessivo*. São Paulo, 7 mai 99.
- FOLHA DE S. PAULO. *Greenspan Alerta para Gastança nos EUA*. São Paulo, 26 mai 99.
- FOLHA DE S. PAULO. *Miséria Globalizada*. São Paulo, 19 set 99.
- FOLHA DE S. PAULO. *Neoludita Prevê Catástrofe Mundial em 2020*. São Paulo, 12 nov 95.
- FOLHA DE S. PAULO. *O Colapso do Trabalho*. São Paulo, 1 mai 98.
- FOLHA DE S. PAULO. *Países Pobres Exportam Emprego para Ricos*. São Paulo, 21 fev 99.
- FOLHA DE S. PAULO. *Profissão: Solidário*. São Paulo, 18 set 99.
- GAZETA MERCANTIL. *Empregabilidade*. São Paulo, 8 jun 95.
- GAZETA MERCANTIL. *Quando o "Downsizing" Faz Parar o Coração*. São Paulo, 7 jul 99, p.C-1.
- GAZETA MERCANTIL. *Terceiro Setor Espera Retomar Crescimento*. São Paulo, 18 mai 99.
- GOMES, Maria Tereza. *Você Era Feliz e Não Sabia*. São Paulo, EXAME, 19 jun 96.
- HARMAN, Willis. *O Trabalho Criativo*. São Paulo, CULTRIX 1990, 233p.
- IBGE. *Anuário Estatístico*. 1991, 1995 e 1997.

- ILO. *The World of Employment Situation, Trends and Prospects*. Geneva, 1994.
- JACKSON, Tony. *Admirável Mundo Novo do Trabalho*. São Paulo. GAZETA MERCANTIL. 13 jan 99.
- KENNDY, Paul. *Preparando para o Século XXI*. Rio de Janeiro, Campus 1993, 470p.
- KEYNES, John Maynard. *Essays in Persuasion*. New York, The Norton Library 1963, 403p.
- KURZ, Robert. *A Realidade Irreal*. São Paulo, FOLHA DE S.PAULO, 3 set 95.
- KURZ, Robert. *Capitalismo nas Estrelas*. São Paulo, FOLHA DE S.PAULO, 7 nov 99.
- KURZ, Robert. *Mataram o Lazer*. São Paulo, ISTOÉ, 25 nov 98.
- KURZ, Robert. *O Torpor do Capitalismo*. São Paulo, FOLHA DE S.PAULO, 11 fev 96.
- LIPPI, Roberta. *Terceiro Setor Retoma Crescimento*. São Paulo, FOLHA DE S.PAULO, 18 mai 99.
- LUCCHESI, Cristiane. *Abertura Obriga Sindicalismo a Mudar*. São Paulo, FOLHA DE S.PAULO, 29 set 95.
- MALTHUS, Thomas Robert. *First Essay on Population 1798*. New York, M.Kelley Bookseller 1965, 396p.
- MARTINS, Ivan. *Máquina x Emprego*. São Paulo, EXAME, 22 mai 96.
- NAISBITT, John. *Global Paradox*. New York, Willian Morrow 1994, 304p.
- NETO, Antenor Nascimento. *A Roda Global*. São Paulo, VEJA, 3 abr 96.
- NÓBREGA, Mailson. *Sobre o Desemprego*. São Paulo, FOLHA DE S.PAULO, 2 fev 96.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. *Ford Abre Era da Jornada de Trabalho Flexível*. São Paulo. 26 out 95.
- OECD. *Economic Outlook*. Paris, Dez 1995.
- OHMAE, Kenichi. *O Fim do Estado Nação*. Rio de Janeiro, Campus 1996, 214p.
- PASTORE, José. *A Batalha dos Encargos Sociais*. São Paulo, FOLHA DE S.PAULO, 28 fev 96.
- PASTORE, José. *O Mito da Destruição dos Empregos*. São Paulo, EXAME, 13 ago 97.
- PINHEIRO, Liliana. *Ford Abre Era Jornada Flexível*. São Paulo, O ESTADO DE S.PAULO, 26 out 95.
- PRAHALAD, C.K. *Competindo pelo Futuro*. Rio de Janeiro, Campus 1995, 377p.
- REICH, Robert. *The Work of Nations*. New York, Vintage Books 1992, 339p.
- RIFKIN, Jeremy. *Futuro Reserva Menos Emprego*. São Paulo, FOLHA DE S.PAULO, 25 ago 97.
- RIFKIN, Jeremy. *Tecnologia Reduz Vagas*. São Paulo, FOLHA DE S.PAULO, 6 jul 97.
- RIFKIN, Jeremy. *The End of Work*. New York. G.P.Putnam's Sons 1995, 350p.
- ROSSO, Sadi Dal. *O Debate sobre a Redução da Jornada de Trabalho*. São Paulo, ABET 1998, 106p.
- SAMUELSON, Robert. *Cerco ao Capitalismo*. São Paulo, EXAME, 22 mai 96.
- SENNETT, Richard. *O Trabalho Pode Esmagar Você*. São Paulo, EXAME, 18 nov 98.
- SHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York, Harper Publishers 1940, 431p.
- SILVA, Carlos. *O Capitalismo Rumo ao Desconhecido*. São Paulo. FOLHA DE S.PAULO, 28 abr 96.
- SINGER, Paul. *A Precarização é Causa do Desemprego*. São Paulo, FOLHA DE S.PAULO, 10 dez 95.

- SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo, Contexto 1998, 139p.
- THE ECONOMIST. *Economic Indicators*. Volume 353, 9 out 99.
- THUROW, Lester C. *O Futuro do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Rocco 1997, 456p.
- TOFFLER, Alvin. *A Terceira Onda*. Rio de Janeiro, Record 1995, 491p.
- TOFFLER, Alvin. *Desemprego Terá Saida Dolorosa*. São Paulo, FOLHA DE S.PAULO, 25 out 95.
- TOFFLER, Alvin. *Previsões & Premissas*. Rio de Janeiro, Record 1983, 235p.
- TOFFLER, Alvin. *Tofler Não Acredita em Mágicas*. São Paulo, FOLHA DE S.PAULO, 25out 95.
- TOFLER, Alvin. *Pais Pode Ingressar na Terceira Onda*. São Paulo, O ESTADO DE S.PAULO, 29 out 95.
- TOLEDO, José. *Brasil "Exporta" Empregos*. São Paulo, FOLHA DE S.PAULO, 8 mar 99.
- TREVISANI, Paulo. *Consultores Alertam: Chega de Demitir*. São Paulo, GAZETA MERCANTIL, 24 abr 97.
- VASSALLO, Cláudia. *Trabalhismo: Chega de Burocracia*. São Paulo, EXAME, 19 mai 99.
- VEJA. *A Roda Global*. São Paulo, 3 abr 96.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *A Ruína do Capitalismo*. São Paulo, Folha de S.Paulo, 17 out 99, Cad.5, p.9.